



**EDITAL Nº 90020/2026**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026 - SEMA/PMT**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 00049.008401/2024-71**  
**(SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA)**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE TERESINA - PI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS - SEMCASPI.

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO, POR MEIO DE PREGÃO ELETRÔNICO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS E SOCIAIS, COM FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, APOIO LOGÍSTICO E MÃO DE OBRA TÉCNICA ESPECIALIZADA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS - SEMCASPI, ABRANGENDO AS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, DAS POLÍTICAS INTEGRADAS E DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS.

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 1.167.243,54 (UM MILHÃO, CENTO E SESSENTA E SETE MIL, DUZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 26/06/2026, ÀS 09:30H

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO POR LOTE.

**MODO DE DISPUTA:** FECHADO/ABERTO

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO.

**INVERSÃO DE FASES:** NÃO.

**GARANTIA DE PROPOSTA:** NÃO.

**EDITAL DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026**  
**PROCESSO SEI Nº 00049.008401/2024-71**

O Município de Teresina - PI, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEMA, através da Supervisão de Processamento de Contratações Públicas-SUPE-PCP-SEMA, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, na Forma Eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, e as demais exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**Sistema eletrônico de compras:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**Cadastro eletrônico de fornecedores:** SICAF

**OBS.:** Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições do Termo de Referência, prevalecem as disposições do Termo de Referência-Anexo I do Edital.

**PARTE GERAL**

**CONDIÇÃO GERAIS DA LICITAÇÃO**

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conforme as informações constantes da **Parte Específica** deste Edital, que indicará o sistema eletrônico e cadastro eletrônico de fornecedores utilizados no certame, além de data e horário.

1.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do pregoeiro ou agente de contratação em contrário.

## 2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação do serviço descrito na **Parte Específica** deste Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

2.1.1. A **Parte Específica** deste Edital indicará se a prestação do serviço ocorrerá de forma continuada ou não.

2.2. A **Parte Específica** deste Edital definirá a forma de adjudicação do objeto, que poderá ser global ou dividida por itens ou lotes/grupos de itens.

2.3. Na **Parte Específica** deste Edital e no **Anexo I - Termo de Referência** – constam o preço total da contratação, os preços unitários e globais estimados em relação a cada item ou os respectivos preços máximos aceitáveis, ressalvada a opção pelo caráter sigiloso dos valores.

2.3.1. Na **Parte Específica** será definido o BDI utilizado no **Anexo I- Termo de Referência**.

2.4. A **Parte Específica** deste Edital definirá o regime de execução aplicável ao futuro contrato decorrente deste certame.

2.5. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do sistema eletrônico utilizado no certame e as especificações técnicas constantes deste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.

2.6. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se o presente certame irá adotar o Sistema de Registro de Preços e, caso positivo, **a formação do cadastro de reserva ocorrerá na forma a seguir detalhada:**

2.6.1. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original.

2.6.2. O registro a que se refere o subitem 2.6.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo licitante vencedor, caso este não assine a ata ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto Municipal nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024;

2.6.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 2.6.1, serão ordenados conforme o critério combinado de valor de que trata o dispositivo e a classificação apresentada durante a fase competitiva.

2.6.4. A ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

2.6.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

2.6.5.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.6.5.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.7. Caso seja adotado o Sistema de Registro de Preços, a Ata de Registro de Preços que vier anexa ao Edital irá dispor sobre:

2.7.1. órgãos gerenciador e participantes;

2.7.2. adesões;

2.7.3. preços registrados e respectivos reajustes;

2.7.4. vigência.

2.8. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no site do sistema eletrônico utilizado no certame e as especificações técnicas constantes neste Edital e anexos, estas sempre prevalecerão.

## 3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados previamente credenciados no cadastro de fornecedores e no sistema de compras indicados na **Parte Específica** deste Edital.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastro de fornecedores dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas.

3.2. Caso tenha previsão, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempresendedor individual - MEI, nos limites previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e suas alterações.

3.2.1. A **Parte Específica** deste Edital irá definir se a participação no certame será ampla, restrita ou com cotas reservadas a microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.

3.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano- calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.3. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites acima estabelecidos ([art. 4º, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

3.2.4. As referidas entidades deverão declarar-se como tal no início da sessão pública da Concorrência Eletrônica, sendo que a ausência de manifestação sobre o enquadramento, quando solicitado pelo sistema, implicará no decaimento do direito de reclamar, posteriormente, essa condição, no intuito de usufruir dos benefícios estabelecidos na legislação supracitada.

3.2.5. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, [§ 1º](#), art.43, da Lei Complementar 147/2014.

3.2.6. Com vistas ao cumprimento do art. 47 da Lei Complementar nº 147/2014, o **Termo de Referência** poderá contemplar, nos certames voltados à contratação de obras e serviços, a previsão de subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.3. Caso a **Parte Específica** deste Edital permita a **participação de empresas em consórcio**, deverão ser observadas as seguintes normas:

3.3.1. Deverá ser comprovada a existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, após declaração do vencedor, com indicação da empresa-líder que será representante das consorciadas perante a Administração.

3.3.2. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

3.3.3. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, poderá haver um acréscimo de 10% a 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais, conforme definido na **Parte Específica** deste Edital.

3.3.4. As empresas consorciadas não poderão participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou isoladamente;

3.3.5. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações do consórcio nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

3.3.6. Antes da celebração do contrato, deverá ser promovida a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no subitem 3.3.1;

3.3.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Administração e condicionada a comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato;

3.3.8. A proposta deverá ser enviada pela empresa responsável pelo consórcio.

#### **3.4. Não poderão participar desta licitação:**

3.4.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.4.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.4.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.4.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.4.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.4.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.4.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.4.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.11. Empresas e empresários cujas falências tenham sido declaradas, bem como as que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.5. O impedimento de que trata o item 3.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.4.2 e 3.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.8. O disposto nos itens 3.4.2 e 3.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.11. A **Parte Específica** definirá a permissão de participação de cooperativas no certame.

3.12. A **Parte Específica** definirá a permissão de subcontratação.

#### **4. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. A **Parte Específica** deste Edital estabelecerá se a fase habilitação sucederá ou antecederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, conforme o item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.2 e 8.9.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido

previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4. ou 46. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

4.7.1. Nos casos de declaração falsa, o licitante estará sujeito à tipificação de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 377-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto -Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei Federal 13.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente edital.

4.8. Caso o sistema de compras utilizado no certame não possua as funcionalidades respectivas, as declarações indicadas nos itens 4.4 a 4.6 deverão ser encaminhadas juntamente com os documentos de habilitação, conforme definido na **Parte Específica**.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. A **Parte Específica** deste Edital irá definir eventual exigência de **garantia de proposta como requisito de pré-habilitação**.

4.17. É vedada ao licitante a identificação da empresa na proposta comercial INICIAL, como por exemplo, a colocação do nome ou timbre da empresa, sob pena de desclassificação. Tal vedação se estende aos documentos eventualmente anexados durante a inserção da proposta de preços (folders, prospectos, declarações, etc.), que não poderão estar identificados, não sendo admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que viabilize a identificação do licitante.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados na **Parte Específica** deste Edital, devendo conter as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os



percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta será estabelecido na **Parte Específica** deste Edital.

5.9. Com a apresentação da proposta, o licitante declara estar ciente de que, nos termos da Lei nº 6.247. de 18 de agosto de 2025, que deverá reservar no mínimo 10% (dez por cento) de vagas de emprego para as mulheres em situação de violência doméstica e familiar..

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, conforme o critério de julgamento indicado na **Parte Específica**.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro ou agente de contratação e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado na forma definida na **Parte Específica** deste Edital.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será definido na **Parte Específica** deste Edital.

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, conforme indicado na **Parte Específica** deste Edital.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro ou agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.12.5. Após o a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez

minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro ou agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.6. Após a adoção das providências acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro ou agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro ou agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro ou agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para

que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. **Havendo eventual empate entre propostas ou lances**, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas na Lei n. 14.133/2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.1.1 Os fornecedores que declararam que desenvolvem programas de integridade, quando solicitados pelo pregoeiro ou agente de contratação, apresentar documentação comprobatória, conforme modelo da definido pela Controladoria Geral da União, em atendimento ao disposto no Decreto nº 12.304/2024.

6.21.1.2. As empresas que declarem falsamente a existência do programa de integridade, serão inabilitadas, e estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação.

6.21.1.3. É importante registrar que os critérios de desempate são realizados de forma automática pelo sistema, obedecendo os critérios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado do Piauí;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro ou agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.1.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.1.3. Após a negociação, o pregoeiro ou agente de contratação iniciará a fase de julgamento e aceitabilidade da proposta.

## **6.23. DO ENVIO, DO JULGAMENTO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

6.23.1. Após a negociação, o licitante classificado em primeiro lugar, será convocado para que, no prazo não inferior a 12(doze) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.1.1. É facultado ao pregoeiro ou agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23.1.2. O licitante arrematante será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, se houver, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.23.2. Para fins de aceitabilidade da proposta, serão observados os critérios estabelecidos na **Parte Específica** do Edital e os critérios abaixo:

a) O prazo de validade da proposta não deverá ser inferior ao estabelecido na **Parte Específica** do Edital;

b) As especificações dos serviços deverão ser de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

c) Os preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao



Edital;

c.1) Nos valores estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que indicam direta ou indireta.

c.2) Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

c.3) Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

c.4) As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não- cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos, que correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária, **se for o caso**.

c.5) As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006, **se for o caso**.

c.6) A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar 123/2006, **se for o caso**.

#### **6.24. Será desclassificada a proposta que:**

6.24.1. contiver vícios insanáveis;

6.24.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência/Projeto Básico -Anexo I**.

6.24.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.24.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.24.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.25. A análise de exequibilidade das propostas de preços prevista no art. 59 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

6.25.1.A análise de exequibilidade será realizada na proposta classificada em primeiro lugar, independentemente do percentual de desconto ofertado.

6.25.2.A exequibilidade será aferida mediante análise dos valores propostos para os seguintes itens da proposta, nesta ordem:

I - Benefícios e Despesas Indiretas - BDI;

II - mão de obra, com e sem encargos sociais, complementares e adicionais;

III - custo horário produtivo e improdutivo dos equipamentos;

IV - demais materiais da parte A e B da Curva ABC do orçamento da licitação; e

V - preços unitários.

6.25.2.1. Constatada a inexequibilidade em uma das etapas da análise, fica dispensada a avaliação dos itens subsequentes.

6.25.2.2. **ANÁLISE DO BDI:** a licitante deverá encaminhar as composições de BDI adotadas na proposta e a análise se dará pela verificação dos tributos considerados, verificando-se a base de cálculo e a alíquota consideradas. Caso algum BDI apresentado tenha base de cálculo distinta ou a alíquota diferente daquela adotada pelo órgão demandante, além da composição, a licitante deverá encaminhar documentos que comprovem as alterações realizadas nos referidos itens. Será considerada inexequível a proposta cujas alterações de BDI relativas aos tributos não sejam comprovadas.

6.25.2.3. **ANÁLISE DOS VALORES CONSIDERADOS PARA MÃO DE OBRA:** a licitante deverá encaminhar demonstrativo de todos os salários básicos, respeitada a unidade (hora ou mês), e dos valores referentes aos encargos sociais, complementares e adicionais, adotados na sua proposta. Caso os encargos sociais complementares e adicionais sejam diferentes daqueles considerados pelo órgão demandante, caberá à licitante apresentar documentos comprobatórios dos valores adotados. A lista dos salários deverá respeitar os cargos e funções conforme classificados no grupo de mão de obra do orçamento referencial da licitação, desconsiderando os que não se enquadrem. Será considerada inexequível a proposta que apresentar, para os cargos inclusos nos itens da parte A e B da Curva ABC do grupo de mão de obra da planilha:

I- Um ou mais salários básicos inferiores a 75% dos salários considerados pelo órgão demandante, respeitada a função, ou não atender aos valores definidos na Convenção Coletiva vigente na data base do orçamento referencial; e

II- um ou mais encargos sociais complementares e adicionais inferiores a 75% dos considerados pelo órgão demandante, respeitada a função.

6.25.2.4. **ANÁLISE DO CUSTO HORÁRIO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO DOS**

**EQUIPAMENTOS:** a licitante deverá encaminhar demonstrativo do custo horário produtivo e improdutivo de todos os equipamentos adotados na sua proposta. Somente será aceita a dedução ou redução das parcelas referentes à depreciação e ao custo de capital, cabendo à licitante identificar a sua aplicação em cada equipamento e comprovar a propriedade, por meio Certificado de Registro e Licenciamento, Notas Fiscais de compra ou outros documentos idôneos. Caso a licitante opte por locar os equipamentos, deverão ser especificados claramente os valores referentes a custo de operação, manutenção e mão de obra aplicados na proposta. Somente serão aceitas as cotações de locação com data anterior à entrega das propostas, podendo retroagir os preços unitários das cotações à data base da licitação, com a apresentação de um demonstrativo que identifique o índice considerado. A lista dos equipamentos deverá respeitar aqueles constantes do orçamento referencial da licitação, sendo admitidas alterações, desde que sejam indicadas as substituições, respeitadas as características mínimas exigidas para o equipamento substituído. Será calculado o custo horário produtivo e improdutivo dos equipamentos com base nos valores de mão de obra e do preço do óleo diesel informados e comprovados pela licitante. As parcelas referentes à depreciação e custo de capital aplicadas sobre um equipamento serão desconsideradas no cálculo do custo horário produtivo e improdutivo quando devidamente comprovadas a sua redução ou dedução. Será considerada inexecutável a proposta que apresentar, para os equipamentos inclusos nos itens da parte A e B da Curva ABC dos equipamentos previstos em planilha, um ou mais custo horário de equipamento produtivo ou improdutivo inferior aos comprovados pelas cotações apresentadas.

**6.25.2.5. ANÁLISE DOS PREÇOS DOS DEMAIS MATERIAIS DA PARTE A E B DA CURVA ABC DO ORÇAMENTO REFERENCIAL:** a licitante, com base na lista dos demais materiais da curva ABC disponibilizada, deverá encaminhar a lista com todos os preços dos materiais considerados em sua proposta. Para materiais com preços diferentes dos adotados pelo órgão demandante, deverão ser apresentadas as cotações dos itens que compõem a parte A e B da curva (95%). Para os demais materiais da curva ABC, a licitante apresentará cotações somente se o preço considerado tenha uma redução superior a 25% do preço adotado pelo órgão demandante. Somente serão aceitas as cotações com data anterior à entrega das propostas, podendo retroagir os preços unitários das cotações à data base do orçamento referencial, com a apresentação de um demonstrativo que identifique o índice considerado. Será considerada inexecutável a proposta que apresentar preços dos materiais, inferiores aos comprovados pelas cotações apresentadas.

**6.25.2.6. ANÁLISE FINAL DOS PREÇOS UNITÁRIOS DOS SERVIÇOS CONSTANTES DA PROPOSTA:** Para fins de confirmação da exequibilidade da proposta, será elaborada uma nova planilha orçamentária paradigma, que terá como base o orçamento referencial, ajustando os dados encaminhados pela licitante, desde que comprovados. Será considerada inexecutável a proposta que apresentar preço unitário, considerados somente os serviços constantes da parte A e B de sua Curva ABC, inferior a 75% da planilha orçamentária.

6.27. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.27.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

6.27.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

6.27.3. Serão aceitos, para fins de comprovação da exequibilidade dos preços ofertados, documentos como contratos anteriormente firmados, bem como notas fiscais emitidas dos 12(doze) últimos meses da data de abertura do certame.

6.27.4. Verificação de notas fiscais dos objetos adquiridos pelo proponente;

6.27.5. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

6.27.6. Estudos setoriais;

6.27.7. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

6.27.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

**6.28. Serão considerados erros passíveis de saneamento:**

6.28.1. Erros de digitação, cálculos ou ausência de itens podem ser corrigidos por meio de diligência, sem que a Administração altere o valor global da proposta;

6.28.2. Erros no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime;

6.28.3. Erros materiais, como erros de digitação ou mesmo a falta de rubrica ou assinatura na proposta, desde que não conduzam a uma elevação da pontuação ou à melhoria das condições de competitividade de proposta;

6.28.4. Erros formais, quando documento é produzido de forma diversa da exigida, o qual não vicia e nem torna inválido o documento, como por exemplo, proposta em padrão diverso do modelo exigido no edital.

**6.29. Serão considerados erros insanáveis que levam o licitante a ser desclassificado de forma imediata:**

6.29.1. Informações incompatíveis: valores ou dados que não fecham e mudam o conteúdo da proposta;

6.29.2. Planilha de preços com erro estrutural: quando o equívoco não é apenas um detalhe, mas compromete o valor total e a lógica da proposta;

6.29.3.Acréscimo de quantidade de itens originais;

6.29.4.Decréscimo ou supressão de quantidade de itens originais;

6.29.5.Inclusão de itens novos ou descontos inferiores ao ponto de equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

6.29.6.Valores distintos do mesmo serviço ou que possuem a mesma composição.

6.30.Quanto aos **COEFICIENTES**, tem-se:

6.30.1.Em relação as alterações dos coeficientes por parte do licitante, é válido registrar que conforme o **Acórdão 2009/2025-Plenário do TCU**, na licitação de obra pública, é permitido à empresa licitante apresentar proposta com coeficientes de produtividade diferentes daqueles estabelecidos pela Administração como parâmetro, contanto que isso não represente potencial jogo de planilha ou comprometa a exequibilidade da proposta.

6.30.2.Nesse caso, por envolver a apresentação de composições de preços diferentes das previstas no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi), **deve o poder público avaliar se os custos dos insumos são coerentes com os preços de mercado e se os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.**

6.30.3.Para a verificação das alterações nos coeficientes, deverá ser realizada diligência junto à licitante, a fim de que esta comprove a metodologia adotada para justificar as modificações apresentadas. Caso contrário, **a licitante poderá ser desclassificada.**

6.31. O prazo concedido para saneamento ou diligências na proposta apresentada pela licitante será de 12(doze) horas.

6.31.1.É facultado ao agente de contratação prorrogar, por igual período do prazo estabelecido no subitem 6.31., desde que haja solicitação devidamente fundamentada da licitante, realizada por meio do chat, antes do término do referido prazo.

6.31.2.A inobservância, por parte da licitante, **da resposta integral** a todos os questionamentos formulados na fase de diligência implicará em sua imediata desclassificação, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação vigente.

6.32.Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi- integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do **valor global estimado;**

6.33.No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação **do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, caso haja planilha anexa.**

6.34.No **caso de serviços de engenharia**, serão consideradas **inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.**

6.35.Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Será verificado se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

7.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA) do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

7.1.4. Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).

7.1.5. *Cadastro de Impedidos de Contratar com o Serviço Público - TCE-PI.*

7.1.6. *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da Parte Específica deste Edital.*

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Realizar as diligências necessárias para verificar a veracidade das declarações apresentadas pelo licitante no sistema eletrônico.

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação da licitante poderá ser verificada por meio do *Cadastro eletrônico de fornecedores indicado no item 1.1 da Parte Específica deste Edital (habilitação jurídica, técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira)*.

8.1.1. Caso o Cadastro eletrônico de fornecedor indicado na **Parte Específica** não contemple todos os documentos relativos a habilitação jurídica, técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira), será concedido o prazo de 02(duas) horas, contadas da convocação no chat do sistema, para o envio dos documentos complementares.

8.1.1.1. O prazo previsto no item 8.1.1 poderá, mediante justificativa, ser prorrogado por igual período.

8.1.2. A apresentação de regularidade cadastral junto ao cadastro eletrônico somente dispensa os documentos já apresentados para a sua obtenção.

8.1.3. Para fins de validade, serão aceitos os documentos emitidos a partir da data de abertura do certame.

8.2. Caso a **Parte Específica** deste Edital tenha estabelecido **garantia de proposta como requisito de pré-habilitação**, será verificado o recolhimento da garantia.

8.2.1. Será considerada válida apenas a garantia emitida antes da data de abertura, tendo em vista que a garantia de proposta, no valor de até 1% (um por cento) do valor estimado para o certame, tem como finalidade demonstrar a seriedade da oferta apresentada pelo licitante e assegurar a Administração contra eventuais prejuízo caso o concorrente vencedor não assine o contrato.

8.2.1.1. O valor da garantia de proposta poderá ser calculado com base no percentual aplicado sobre o valor total dos lotes ou itens de interesse do licitante, em conformidade com o Acórdão TCU nº 6.116/2025 - 1ª Câmara.

8.2.1.2. Para fins da garantia proposta, o licitante deverá observar as modalidades dispostas no §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21, sendo elas: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob a forma de escritural, seguro-garantia ou fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

8.2.1.3. Para fins de **fiança bancária**, o depósito deverá ser realizado na seguinte conta: **Banco do Brasil - Agência nº 3791-5, Conta Corrente nº 75.336-X**, em nome da **Prefeitura Municipal de Teresina (PI)**, CNPJ nº **06.554.869/0001-64**.

8.2.2. Em razão da inoperância do sistema Compras.gov, que não aceita o cadastro prévio da garantia de proposta, a licitante deverá encaminhar a garantia no momento do envio da proposta readequada, para fins de comprovação.

8.2.3. O não cumprimento dessa exigência do item 8.2.1. implicará na imediata retirada do licitante do certame.

8.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada.**

8.4.1. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro ou agente de contratação.

8.4.2. Os documentos a serem apresentados em arquivo PDF deverão ser obtidos a partir de digitalização do arquivo original ou da respectiva cópia autenticada.

8.4.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.4.2.2. Os documentos anexados eletronicamente são fiéis aos originais e válidos para todos os efeitos legais, incorrendo nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 em caso de declaração falsa, sem prejuízo da responsabilização civil e criminal.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, **sob pena de inabilitação**, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, caso haja indícios de qualquer ilegalidade, será aberto procedimento apartado para apuração da infração administrativa ou eventual crime. De toda forma, a situação será apurada de acordo com o caso concreto e será punida na medida de suas condutas.

8.6.1. Segundo entendimento consolidado do TCU "A documentação exigida deve restringir-se ao rol definido pelos arts. 66 a 69 da Lei 14.133/2021, ou seja, nada mais poderá ser exigido, a não ser para atendimento a Leis especiais". Além disso, tem-se que o requisito de habilitação social em questão possui caráter absoluto, ou seja, deve ser exigido em todos os casos, não havendo margem para a Administração para sua dispensa. Pela

literalidade da lei, portanto, e considerando o entendimento da Corte de Controle Externo, tem-se que o documento exigido, via de regra, pela Administração, na fase de habilitação, para fins de comprovação da observância da Lei nº 8.213/91, seria a declaração prevista no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021.

8.6.2. Em observância aos princípios da legalidade e isonomia, caso o licitante declare que cumpre a cota de pessoas com deficiência ou reabilitados da Previdência Social, e se for constatado, através da Certidão de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social, expedido pelo MTE (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>), que o número de PCD s é inferior ao percentual previsto no art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991, o mesmo não será inabilitado de imediato, pois o TCU entende que a certidão emitida pelo MTE é apenas uma das formas de informar o cumprimento da medida, sendo possível a licitante comprovar o preenchimento por meio de dados do e- Social, de contratos de trabalho, comprovantes de vínculo empregatício ou quaisquer outros meios de provas admitidos em direito.

8.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no cadastro eletrônico de fornecedores e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação.

8.8. A verificação pelo pregoeiro ou agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no cadastro eletrônico de fornecedores serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido no sistema eletrônico.

8.8.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

8.9. A verificação no cadastro eletrônico de fornecedores ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.9.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para **apurar fatos existentes à época da abertura do certame**; e

8.10.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.10.3. O prazo concedido para as respostas às diligências, saneamentos ou complementações realizadas aos licitantes será de 02(duas) horas.

8.10.3.1. É facultado ao pregoeiro ou agente de contratação prorrogar, por até 12(doze) horas, o prazo estabelecido no subitem 8.10.3, desde que haja solicitação devidamente fundamentada da licitante, realizada por meio do chat, antes do término do referido prazo.

8.10.3.2. A inobservância, por parte da licitante, da resposta integral a todos os questionamentos formulados na fase de diligência implicará em sua imediata inabilitação, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação vigente.

8.11. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro ou agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro ou agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o disposto no subitem 8.1 do Edital.

8.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.14. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.15 Para a habilitação no presente Pregão serão exigidos do licitante os seguintes documentos:

### **8.16.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**a) Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**b) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor



Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**d) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

**e) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**g) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**h) Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**i) Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

**j)** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva; indicar o responsável pela administração com poderes para assumir obrigações e assinar documentos em nome do licitante; apontar a sua sede; além de explicitar o objeto social, que deverá ser compatível com o objeto desta licitação, conforme a tabela da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, do IBGE.

**k)** No caso de exercício de atividade sujeita a registro ou autorização para funcionamento: ato expedido pelo órgão competente, conforme disposto na **Parte Específica** deste Edital.

**l)** Outros documentos a serem exigidos na **Parte Específica** deste Edital, de acordo com a natureza do objeto.

## 8.16.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.16.2.1. A **Parte Específica** discriminará as exigências de qualificação técnica.

8.16.2.1.1. A **Parte Específica** discriminará as exigências técnicas relevantes para o objeto a ser executado, no entanto, deverá ser observado também:

- a) Apresentar prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, **quando for o caso**;
- b) Apresentar registro ou inscrição na entidade profissional competente, **quando for o caso**;
- c) Apresentar declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- d) Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- i) Quando for prevista a **subcontratação no Termo de Referência, Anexo I**, a licitante deverá apresentar atestados do potencial subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto licitado.
- i.1) Caso a licitante não pretenda subcontratar, deverá apresentar declaração expressa informando que executará integralmente o objeto da contratação, sem a utilização de subcontratação.

**8.16.2.2. Da qualificação técnica dos consórcios, o pregoeiro ou agente de contratação deverá observar:**

a) Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

a.1) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

a.2) Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

a.3) Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

a.4) Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#) em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.16.2.3.A qualificação técnica é um passo crucial para garantir que o contratante selecione fornecedores ou prestadores de serviços com a experiência, capacidade técnica e os recursos necessários para cumprir com as obrigações contratuais. A exigência dos atestados ajuda a assegurar que a execução do contrato será realizada com competência e dentro dos padrões de qualidade esperados, devendo o pregoeiro ou agente de contratação observar se os atestados emitidos são do âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

#### **8.16.2.4. Para fins de verificação da veracidade dos atestados apresentados, o pregoeiro ou agente de contratação deverá:**

a) Verificar nos documentos apresentados, as seguintes informações, **quando o emissor for órgão público**: o número do processo administrativo que originou a contratação; a modalidade de licitação utilizada, inclusive nos casos de adesão à Ata de Registro de Preços de outro órgão da Administração Pública; ou, quando aplicável, a forma de contratação adotada nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação. Deverão constar ainda o número do certame licitatório correspondente (ou da dispensa/inexigibilidade), o número do instrumento contratual, a descrição do objeto do contrato, o prazo contratual com indicação do período de vigência, bem como o relato do fiscal do contrato sobre o comportamento e a atuação da contratada durante a execução, declarando que a prestação do serviço ou a entrega do bem foi realizada de forma satisfatória.

b) Em relação aos atestados emitidos por **pessoa jurídica de direito privado**: caberá ao agente de contratação ou ao pregoeiro exercer o poder de diligência para verificar a validade dos documentos apresentados com a finalidade de comprovar a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, de modo a assegurar a verificação da competência da empresa e a preservação do interesse público.

c) Quanto às **assinaturas nos atestados de capacidade técnica** devem ser observadas as seguintes orientações: os documentos assinados digitalmente por pessoa física ou jurídica com validade jurídica devem conter certificado digital que identifique o signatário junto ao sistema público; o certificado digital vinculado à assinatura deve ser validado por meio de sistema compatível com as normas estabelecidas pela ICP-Brasil; o certificado digital utilizado na assinatura deve estar dentro do prazo de validade no momento da apresentação do documento; os documentos assinados com certificados emitidos pela ICP-Brasil possuem a mesma validade jurídica que aqueles em papel, com assinaturas manuscritas, conforme o artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Importante destacar que a assinatura digitalizada consiste apenas na reprodução, em formato de imagem, de uma assinatura manuscrita no ambiente virtual, não garantindo, portanto, a autoria nem a integridade do documento eletrônico, uma vez que essa imagem pode ser copiada ou reproduzida sem o consentimento do signatário. Nesse caso, será oportunizado ao licitante comprovar a autenticidade da assinatura constante no atestado.

c.1) Caso não seja comprovada a autenticidade da assinatura estabelecido na alínea c., a licitante deverá ser inabilitada.

d) É importante salientar que a apresentação de atestado de capacidade técnica com conteúdo falso, à evidência de conluio entre as empresas envolvidas, fere os princípios da moralidade, da isonomia e da competitividade e conduz à declaração de inidoneidade, tanto da empresa que emitiu o atestado quanto da que o apresentou, para participar de licitação na Administração Pública, consoante Acórdão 29/2024-Plenário, Relator: Walton Alencar Rodrigues.

e) As empresas que utilizam documentos falsos para vencer licitações violam princípios constitucionais como a moralidade, a legalidade e a igualdade, configurando, ainda, a prática dos seguintes crimes: falsificação de documento público (art. 297), falsificação de documento particular (art. 298), falsidade ideológica (art. 299) e uso de documento falso (art. 304), todos previstos no Código Penal.

f) O pregoeiro ou agente de contratação deverá considerar, para fins de análise e julgamento dos atestados, o entendimento consolidado no **Boletim de Jurisprudência do TCU nº 548, de 28 de julho de 2025**, relativo ao **Acórdão TCU nº 1490/2025-Plenário**, de relatoria do Ministro **Benjamin Zymler**, cujo sumário dispõe sobre a **apresentação de atestados de capacidade técnica com conteúdo falso**, no âmbito de **pregão eletrônico**, reconhecendo tal conduta como **irregularidade grave**, passível de **declaração de inidoneidade**, diante da **insuficiência das razões recursais para afastar a irregularidade**.

### **8.16.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.16.3.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser observadas as exigências estabelecidas no **Termo de Referência - Parte Específica**, bem como as **exigências abaixo relacionadas**.

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, ou de sociedade simples;

b) Certidão Negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de

09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

b.1) Caso a certidão apresentada seja positiva, a licitante deverá comprovar o acolhimento ou a homologação de seu plano de recuperação judicial ou extrajudicial, respectivamente, pelo juízo competente;

b.2) Por força do disposto no art. 4º da Lei 5.764/1971, as Cooperativas estão desobrigadas de apresentar a Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial/Extrajudicial, entretanto, deverão apresentar declaração própria de não haver contra si qualquer processo de liquidação judicial ou extrajudicial;

c) O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral - superior a 1

SG= Solvência Geral - superior a 1

LC= Liquidez Corrente - superior a 1

Sendo,

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$

$SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo Não Circulante

AT= Ativo Total

c.1) As demonstrações contábeis apresentadas poderão ser submetidas à apreciação do Conselho Regional de Contabilidade.

c.2) No caso de consórcio, deverá haver a demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos índices contábeis definidos.

d) A **Parte Específica** deste Edital definirá se o atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.16.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

e) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

f) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

g) Deverá comprovar que possui patrimônio líquido não inferior ao percentual definido na **Parte Específica** deste Edital, calculado sobre o preço estimado da contratação ou item pertinente, por meio de Balanço Patrimonial de demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.16.3.1. No caso de sociedade anônima e de outras empresas obrigadas à publicação de balanço, deverá ser apresentada a cópia da publicação, na imprensa oficial, do Balanço e das Demonstrações Contábeis, além da ata de aprovação devidamente registrada na Junta Comercial.

8.16.3.2. Quando não houver a obrigatoriedade de publicação do Balanço e das Demonstrações Contábeis, deverão ser apresentadas cópias legíveis dessas peças, bem como dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.

8.16.3.3. No caso de Livro Diário expedido através do Sistema Público de Escrituração Digital SPED, deverá ser apresentado além do Balanço e das Demonstrações Contábeis, registrado no órgão competente, o termo de abertura e de encerramento do Livro Diário e o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital emitido pelo referido sistema.

8.16.3.4. Em se tratando de consórcio, fica estabelecido um acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) a ser definido na **Parte Específica**, dos valores de patrimônio líquido exigidos para o LICITANTE individual, admitindo-se, porém, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação na constituição do consórcio, calculado pela seguinte equação:

$PLCCons = PLC \times PartC$

Onde:

PLCCons = Patrimônio líquido do consorciado, considerado na soma do patrimônio líquido do consórcio;

PLC = Patrimônio líquido do consorciado;

PartC = Participação do consorciado no consórcio.

8.16.3.5. O acréscimo previsto no item anterior **não será aplicável aos consórcios compostos**, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

8.16.3.6. Para fins de apresentação do balanço patrimonial referente ao último exercício, será considerado o prazo de 30 de abril de 2025, ou seja, deverão ser apresentados os balanços patrimoniais dos exercícios de 2023 e 2024, conforme Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Teresina nº 612/2002-PLCCA/PGM.

8.16.3.7. Sendo ME/EPP, deverão apresentar declaração assinada pelo contador que possui ou não contratos celebrados com a Administração Pública cujo valores somados não extrapolam a receita bruta admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, no ano- calendário de realização desta licitação.

#### **8.16.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste certame.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal). Será aceito certificado da matriz em substituição ao da filial ou vice-versa quando, comprovadamente, houver arrecadação centralizada;

d) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho emitida pelo TST (Certidão Negativa de débitos Trabalhistas, ou positiva com efeitos de negativa);

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

f) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.16.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.16.4.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.16.4.3. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

e) A comprovação de integralização das respectivas quotas - partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

g) A última auditoria contábil- financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **8.16.5. DA DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

8.16.5.1. A **Parte Específica** poderá exigir apresentação de atestado de vistoria como documento de habilitação, conforme art. 62, § 2º, da Lei n. 14.133/2021.

8.16.5.2. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através de e-mail ou telefone definidos na **Parte Específica** deste Edital, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.16.5.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o

dia útil anterior à sessão pública.

8.16.5.4. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

8.16.5.5. Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas através dos contatos indicados no item da **Parte Específica** deste Edital, antes da data fixada para a sessão pública.

8.16.5.6. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.16.5.7. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

#### **8.16.6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO**

8.16.6.1. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) Em nome da licitante, com número do CNPJ e com o respectivo endereço da mesma;
- b) Se a licitante for a matriz de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) Se a licitante for a filial de uma empresa, todos os documentos deverão estar em nome desta filial;
- d) Se a licitante for a matriz da empresa e a fornecedora do objeto for uma de suas filiais, este fato deve ser expressamente registrado em declaração apresentada na qual a licitante indicará qual filial executará o objeto da licitação. Neste caso, os documentos relativos à regularidade fiscal, exigidos para a habilitação, deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente;
- e) Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- f) Serão aceitos registros de CNPJ de licitantes matriz e filiais com diferenças de números nos documentos pertinentes ao CND e ao FGTS quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições pela licitante.

#### **9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos meios definidos na **Parte Específica** deste Edital.

9.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

9.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

9.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

#### **10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicado na **Parte Específica** deste Edital.

## 11. DO CONTRATO

11.1 Para a execução dos serviços pelo licitante vencedor do certame será celebrado contrato entre este e a Contratante.

11.2. O fornecedor, após a assinatura do contrato, fica obrigado ao cumprimento dos prazos e todas as condições estabelecidas nas suas cláusulas e no edital.

11.3. A recusa da execução do serviço ou o não cumprimento de qualquer obrigação prevista ensejará a aplicação das penalidades previstas no edital e no instrumento contratual.

11.4. O fornecedor será convocado para assinar o contrato ou instrumento equivalente, ocasião em que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, para a realização do ato, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.5. Quando o licitante convocado não comparecer para a assinatura do instrumento contratual no prazo e nas condições estabelecidas, poderá ser convocado outro licitante, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

11.5.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.6.1. A regra do item 11.6 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do subitem 11.5.1, "a".

11.7. As obrigações da contratante e da contratada, os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização, as sanções ao contratado, as condições de pagamento, a vigência do contrato e eventual possibilidade de subcontratação encontram-se previstos no Termo de Contrato ou Termo de Referência anexos a este Edital.

11.8. As disposições relativas ao preço e respectivo reajuste encontram-se previstas na minuta de **Contrato** anexa a este Edital.

11.9. A minuta de **Contrato** anexa a este Edital definirá eventual prestação de garantia de execução pelo licitante vencedor.

## 12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Caso seja adotado o sistema de registro de preços na **Parte Específica**, deverão ainda ser observadas as seguintes disposições:

12.1.1. Após a homologação da licitação, o fornecedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, mediante a apresentação de motivo justo e aceito pela Contratante, sob pena de decair o direito, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias úteis

12.1.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.1.4. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, ficando facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em

igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo das sanções ao vencedor que se recusar a assinar a ata.

### 13. DO CADASTRO RESERVA

13.1. Durante a fase externa do certame, por meio do sistema, a pregoeira encaminhará solicitação aos demais licitantes para que, no prazo máximo 02(duas) horas, manifestem o interesse em integrar o cadastro reserva.

13.2. Caso convocados, os interessados devem acessar o sistema para declarar seu interesse em integrar o cadastro reserva, comprometendo-se a cotar os preços unitários iguais aos do licitante vencedor, na sequência de classificação do certame originário, ou aos seus melhores preços ofertados no certame originário.

13.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

13.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou nos casos de não assinatura da ata de registro de preços, conforme Decreto Municipal nº 25.627, de 1º de fevereiro de 2024.

13.5. A apresentação das novas propostas e a análise dos documentos de habilitação, decorrentes da manifestação de interesse em integrar o cadastro reserva, será feita em momento posterior, se houver necessidade de convocar os integrantes do cadastro reserva.

### 14. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

14.1 O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos – SEMA.

14.2. Além do gerenciador, **caso tenha previsão na Parte Específica**, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços aqueles que manifestaram intenção de participação em procedimento público de intenção de registro de preços, que estão discriminados em anexo deste Edital.

### 15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e de habilitação, e declarados os vencedores, a adjudicação e a homologação serão realizadas pela Autoridade Superior.

### 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS AOS LICITANTES

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado durante o certame;

16.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

d) deixar de apresentar amostra;

e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.6. fraudar a licitação;

16.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

16.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1. advertência;

16.2.2. multa;

16.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

16.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

16.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

16.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

16.4.1. Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.4.2. Para as infrações previstas nos itens 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7, 16.1.8 e 16.1.9 a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

16.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa.

16.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7, 16.1.8 e 16.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2, 16.1.3 e 16.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

16.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 16.1.3 e 16.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

16.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.10.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item 16.10 será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 03 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

16.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro ou agente de contratação.

**17.3 As regras relacionadas ao Reajuste de preços e Reequilíbrio Financeiro estão descritas no Termo de Referência,** anexado a este Edital.

**17.4 As condições de Entrega dos bens a serem adquiridos se encontram fixadas no Termo de Referência,** anexado a este Edital.

**17.5 As Regras de Gestão e Fiscalização do Contrato estão previstas no Termo de Referência,** anexado a este Edital.

**17.6 As orientações de Recebimento, Liquidação e Pagamento estão previstas no Termo de Referência,** anexado a este Edital.

17.7. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.8. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**17.12. Para fins de aceitabilidade da proposta ou habilitação,** o pregoeiro ou agente de contratação **analisará possíveis sinais de formação de cartel,** sendo:

**a) Propostas eletrônicas enviadas do mesmo e-mail ou erros idênticos de digitação ou de cálculo;**

**b) Propostas eletrônicas do mesmo endereço ou que possuam os mesmos dados de contato, ou mesmo representante;**

**c) Propostas submetidas eletronicamente ou editadas por uma pessoa ou por empresa concorrente;**

**d) Documentos com a mesma formatação, redação ou erros idênticos de digitação ou de cálculo;**

**e) Documentos com selos de autenticação ou postagem idênticos ou sequenciais.**

17.12.1. Constatado qualquer indício de formação de cartel, as licitantes serão desclassificadas ou inabilitadas, sem prejuízo as demais sanções previstas em lei.

17.12.2. O pregoeiro ou agente de contratação que, diante de indícios ou suspeitas, deixar de realizar as análises necessárias para identificar possível formação de cartel poderá responder por omissão, nos termos da legislação vigente.

17.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.15. Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada.

17.16. Os documentos apresentados, que forem retirados via internet, não precisarão ser autenticados, devendo sua autenticidade ser verificada posteriormente pelo pregoeiro ou agente de contratação.

17.17. A cópia do texto integral deste Edital se encontra disponível em endereços eletrônicos e na sede da Contratante, ambos mencionados na **Parte Específica** deste Edital.

17.18. Para as demais condições de contratação observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

17.19 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I.

17.20. Integram este Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes Anexos, além de outros porventura mencionados na **Parte Específica** deste Edital:

A) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

A.1- Apêndice do Anexo I- Estudo Técnico Preliminar;

B) ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO;

C) ANEXO III - FOMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90020/2026**  
**PROCESSO SEI Nº 00049.008401/2024-71**  
**(SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA)**

<b><u>PARTE ESPECÍFICA</u></b>	
As informações específicas sobre a Licitação, a seguir apresentadas, complementarão, suplementarão ou modificarão as disposições constantes da Parte Geral. <b>EM CASO DE CONFLITO, PREVALECERÃO AS DISPOSIÇÕES AQUI CONTIDAS.</b>	
<b>Parte Geral</b>	<b>Definições da Parte Específica</b>
<b>1.1</b>	Sistema Eletrônico utilizado no certame: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> Cadastro eletrônico de fornecedores: SICAF Data de Abertura: 26/06/2026 Horário de Abertura: 09:30 horário de Brasília/DF INFORMAÇÕES: <a href="mailto:josilmabarbosa@hotmail.com">josilmabarbosa@hotmail.com</a>
<b>2.1</b>	O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO, POR MEIO DE PREGÃO ELETRÔNICO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS E SOCIAIS, COM FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, APOIO LOGÍSTICO E MÃO DE OBRA TÉCNICA ESPECIALIZADA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS - SEMCASPI, ABRANGENDO AS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, DAS POLÍTICAS INTEGRADAS E DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS.
<b>2.2</b>	(X) A forma de adjudicação do objeto será global ou lote. ( ) A forma de adjudicação do objeto será por item.
<b>2.3</b>	(X) O valor estimado da contratação é de R\$ 1.167.243,54 (UM MILHÃO, CENTO E SESSENTA E SETE MIL, DUZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS). ( ) O valor estimado da contratação é sigiloso.
<b>2.6</b>	(X) A presente licitação <b>não</b> adotará o Sistema de Registro de Preços. ( ) A presente licitação adotará o Sistema de Registro de Preços com cadastro de reserva.
<b>3.2</b>	Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021
<b>3.2.1</b>	(x) O presente certame não é restrito a microempresas e empresas de pequeno porte, sendo destinado à ampla concorrência.
<b>3.3</b>	(X) Não é permitida a participação de consórcio de empresas. ( ) É permitida a participação de consórcio, conforme Termo de Referência- Anexo I
<b>3.11</b>	



	<p>( ) Não será permitida a participação das cooperativas no certame.</p> <p>(X) Será permitida a participação das cooperativas no certame, conforme Termo de Referência- Anexo I.</p>
<b>4.1</b>	<p>( ) A fase de habilitação antecederá as fases de apresentação de propostas e de lances, bem como a de julgamento; ou seja, haverá inversão de fases.</p> <p>(X) A fase habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.</p>
<b>4.16 e 8.2</b>	<p>( ) Será exigida garantia de proposta.</p> <p>(X) Não será exigida garantia de proposta.</p>
<b>5.8</b>	<p>( ) A proposta comercial terá validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data da sua entrega, <b>conforme Termo de Referência -Anexo I.</b></p> <p>(X) A proposta comercial terá validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua entrega, <b>conforme Termo de Referência - Anexo I.</b></p>
<b>6.1</b>	<p>( ) O critério de julgamento será MENOR PREÇO DO ITEM observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p> <p>(X) O critério de julgamento será MENOR PREÇO POR LOTE observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p> <p>( ) O critério de julgamento será MENOR PREÇO GLOBAL observadas as condições definidas neste edital e anexos.</p>
<b>6.9</b>	<p>( ) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser R\$ 0,10 (dez centavos).</p> <p>(X) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser R\$ 100,00 (cem reais).</p>
<b>6.11</b>	<p>( ) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "ABERTO"</p> <p>( ) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "ABERTO-FECHADO".</p> <p>(X) Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "FECHADO-ABERTO".</p> <p>Para fins de disputa será adotará o modo de disputa <b>FECHADO-ABERTO</b>, devido a obtenção de maior sigilo e proteção de informações, além de permitir a busca por maior economia. No presente modelo a rodada de disputa iniciará de forma fechada com lances fechados, seguidos por lance final abertos entre os melhores, consonantes critérios estabelecidos na <b>IN 073/2022 e Decreto Municipal 24.748, DE 5 DE SETEMBRO DE 2023.</b></p> <p>Justifica-se a adoção do modo de disputa, fechado e aberto, pois, em comparação com a modo "aberto", a grande vantagem do modo "fechado e aberto" será aliar o mecanismo de incentivo de esgotamento das estratégias de maximização dos lucros dos licitantes (correspondente a etapa aberta de disputa) com a otimização da fase de lances decorrente da aplicação de uma "faixa de corte" (culminando na restrição de abrangência do universo de competidores aptos à etapa aberta) e o incentivo ao início da etapa aberta com ofertas mais próximas das valores</p>

	subjetivas de cada concorrente, tendo em vista que a aplicação da "faixa de corte" estimularia melhores preços para que o licitante não corra o risco de não ser classificado para os lances.
<b>8.16.2.1</b>	(x) Será exigido registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e conforme as áreas de atuação previstas no item 14.1 do Termo de Referência, Anexo I.
<b>8.16.2.2</b>	Serão exigidos atestados que comprovem quantidades mínimas correspondentes às parcelas de maior relevância. A licitante (pessoa jurídica) deverá comprovar experiência na execução de objeto de mesma natureza e complexidade igual ou superior, tendo executado as parcelas de maior relevância, conforme os itens 14.2 e 15 do Termo de Referência, Anexo I.
<b>8.16.2.3</b>	Será exigida a comprovação da execução de serviços por profissionais de nível superior, vinculados permanentemente à empresa e constantes de seu Registro/Certidão de Inscrição no CREA ou no Conselho Profissional competente, na condição de responsáveis técnicos. A comprovação deverá ser feita por meio de atestados e/ou certidões de capacidade técnica, referentes à execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, conforme especificações dos itens 14.1 e seguintes do Termo de Referência, Anexo I.
<b>8.16.3, "c" e "g"</b>	(X) A licitante deverá apresentar índice econômico igual ou superior a 01 (um) nos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente  (X) A licitante deverá comprovar que possui <b>patrimônio líquido</b> não inferior a 10% (dez por cento) do preço estimado da contratação ou item pertinente.
<b>8.16.3, "d"</b>	(X) O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.16.3 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
<b>8.16.5.2</b>	(X) Não se aplica ao caso a realização de vistoria.  ( ) Haverá realização de vistoria, conforme Termo de Referência-Anexo I.
<b>9.3</b>	Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados no sistema <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https:// https://www.gov.br/compras/pt-br</a> bem como para e-mail do Pregoeiro ou agente de contratação: <a href="mailto:josilmabarbosa@hotmail.com">josilmabarbosa@hotmail.com</a>
<b>10.10</b>	Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço eletrônico: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>
<b>Pregoeiro ou agente de contratação e E-mail:</b>	Nome: Josilma dos Santos Barbosa E-mail: <a href="mailto:josilmabarbosa@hotmail.com">josilmabarbosa@hotmail.com</a>

Teresina - PI, 22 de maio de 2026.

**Laura de Carvalho Oliveira**

Supervisora de Processamento de Contratações Públicas - SEMA/PMT

**Nayara Daniela Barros Silva**

Coordenadora da Central de Contratações Públicas

**VISTO:**

**Marcos Antônio Parente Elvas Coêlho**

Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO N.º XXX/2025**

TERMO DE CONTRATO DE XXXX QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O MUNICIPIO DE TERESINA - PI, POR INTERMÉDIO DA XXXXXXXXXXXX, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

O Município de Teresina - PI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxx, por intermédio da (órgão ou entidade), inscrita no CNPJ sob o nº (.....), doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, com sede (endereço completo), neste ato representado por seu (SECRETARIO), Sr(a). (....), portador(a) da Cédula de Identidade nº (....), inscrito (a) no CPF sob o nº (.....); e a Empresa (.....) com sede e foro na cidade de (.....) Estado do (.....), estabelecida à (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº (....), aqui representada por (nome completo, cargo) inscrito(a) no CPF sob o nº (....), portador(a) da carteira de identidade RG nº (....), doravante denominada abreviadamente CONTRATADA, tendo em vista a homologação da Concorrência Eletrônica n.º XX/2025, constante do Processo Administrativo no SEI de nº XXXXXXXX e o que mais consta do citado Processo Administrativo, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição, em conformidade com as normas da Lei n. 14.133/2021, os quais submetem as partes para todos os efeitos, têm justo e acordado celebrar o presente Contrato, regendo-se a contratação pelo fixado nas cláusulas seguintes:

**PARTE GERAL**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS QUE INTEGRAM O CONTRATO**

1.1. São partes complementares deste Contrato, independentemente de transcrição, o Projeto básico e demais documentos constantes dos autos, conforme Processo Administrativo discriminado na Parte Específica deste Contrato e tem como fundamento a Lei Federal n. 14.133/2021, a proposta apresentada pela Contratada, seus anexos, os detalhes executivos, especificações técnicas, despachos e pareceres que o encorparam.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO CONTRATO**

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação da obra e serviço especial de engenharia descrito na **Parte Específica** deste Contrato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto básico e na proposta da Contratada, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

2.2. A **Parte Específica** deste Contrato definirá o regime de execução do objeto.

2.3. A **Parte Específica** deste Contrato definirá se a elaboração de Projeto Executivo encontra-se inserida no objeto deste Contrato, conforme especificado no Termo de Referência.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA APARELHAGEM E DO MATERIAL NECESSÁRIO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1.A aparelhagem e o material necessários à execução dos trabalhos serão de responsabilidade e ônus exclusivamente da CONTRATADA, ficando estabelecido que a CONTRATANTE não emprestará nem fornecerá quaisquer ferramentas, aparelhos ou veículos.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS NORMAS E ESPECIFICAÇÕES DOS BENS E DA EXECUÇÃO**

4.1. As obras e serviços ora contratados obedecem às especificações constantes do Projeto básico e demais documentos constantes do processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, reservado à CONTRATANTE o direito de rejeitar as obras ou serviços que não estiverem de acordo com as referidas especificações, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer reclamação ou indenização.

**CLÁUSULA QUINTA - DA APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. A CONTRATADA declara conhecer perfeita e integralmente, as especificações e demais elementos técnicos

referentes à execução dos serviços. Declara, ainda, que conhece perfeitamente todas as condições e locais de execução dos serviços, tudo o que foi previamente considerado quando da elaboração da proposta que apresentou no processo administrativo de que decorre este contrato, em razão do que declara que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, despesas e encargos que terá que suportar, representando aqueles preços a única contraprestação que lhe será devida pela CONTRATANTE pela realização do objeto deste contrato.

5.2. O representante da CONTRATADA declara sob as penas da lei que dispõe de poderes suficientes à celebração deste contrato e para obrigar de pleno direito à mesma CONTRATADA. Assim sendo, os termos deste contrato obrigam as partes de pleno direito.

## **CLAUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES DOS DETALHES EXECUTIVOS**

6.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de, em qualquer fase ou ocasião, fazer alterações nos detalhes executivos, seja reduzindo ou aumentando o volume de serviços das obras, na forma prevista na lei.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DO VALOR DO CONTRATO**

7.1. O valor deste Contrato está previsto na **Parte Específica** e representa o montante da proposta da CONTRATADA, baseada nas planilhas de quantitativos constantes no processo administrativo citado na Cláusula Primeira e multiplicado pelos respectivos preços unitários.

7.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos de transporte, carga e descarga de materiais, despesas de materiais, despesas de execução, mão-de-obra, leis, encargos sociais, tributos, lucros e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços, bem como despesas de conservação até o seu recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

## **CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. A CONTRATADA se obriga a:

- a) Executar os serviços segundo as especificações aprovadas e de acordo com a melhor técnica cuidando, ainda, em adotar soluções técnicas que conduzam a economicidade dos serviços e a funcionalidade de seu resultado;
- b) Eleger e prever técnicas e métodos construtivos dos serviços tão econômicos quanto possíveis, sem descuidar em nenhuma hipótese da segurança e qualidade da obra;
- c) Manter, durante todo o período de realização dos serviços objeto do contrato, as mesmas condições de capacitação técnica que apresentou no processo administrativo mencionado na Cláusula Primeira, bem como as mesmas condições de habilitação;
- d) Administrar com zelo e probidade a execução dos serviços, respeitando com absoluto rigor o orçamento aprovado e evitando a prática de atos e a adoção de medidas que resultem em elevação de custos dos serviços, inclusive no que respeita à arregimentação, seleção, contratação e administração de mão-de-obra necessária à realização dos serviços;
- e) Atender prontamente às recomendações regulares da fiscalização;
- f) Zelar pelos interesses da CONTRATANTE relativamente ao objeto do contrato;
- g) Substituir prontamente qualquer preposto, empregado ou pessoa que, a juízo da fiscalização, seja inconveniente aos interesses da CONTRATANTE relativamente aos serviços;
- h) Manter permanentemente nos locais de realização dos serviços um representante com plenos poderes para representar e obrigar a CONTRATADA frente à CONTRATANTE;
- i) Executar o objeto deste contrato de acordo com os projetos e especificações fornecidos pela CONTRATANTE e as normas aprovadas ou recomendadas pela ABNT.
- j) Adquirir e fornecer Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC e Equipamentos de Proteção Individual - EPI, a todos os empregados, bem como orientá-los quanto à necessidade e obrigatoriedade de seu uso em serviço. A CONTRATADA responde solidariamente, no caso de subemprego.
- k) Manter a Regularidade Fiscal, inclusive do recolhimento do ISSQN ao município do local de Prestação do Serviço durante toda execução do contrato;
- l) Observar as normas, critérios e procedimentos ambientais para a gestão dos rejeitos provenientes da obra.
- m) Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto no Projeto básico e demais documentos anexos.

8.2. A CONTRATADA estará, durante todo o período de execução deste contrato, sujeita à fiscalização da CONTRATANTE, quer seja exercida por servidores do quadro da própria CONTRATANTE, quer por terceiros especialmente contratados para este fim.

8.3 A CONTRATADA deverá reservar no mínimo 5% (cinco por cento) da mão de obra formada por pessoas oriundas ou egressas do sistema prisional, nos termos do Decreto nº 24.387, de 21 de junho de 2023.

8.4. As determinações da fiscalização obrigam a CONTRATADA, respeitados os limites deste contrato e o orçamento aprovado, à elaboração de detalhamentos dos projetos e à realização de atividades específicas. Nos casos em que a CONTRATADA não concordar com as recomendações ou ordens da fiscalização, delas poderá recorrer ao titular da CONTRATANTE, tendo este recurso efeito suspensivo da ordem fiscal.

8.5. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.

8.6. A contratada obriga-se a adotar todas as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros em consequências da execução dos trabalhos. Será de exclusiva responsabilidade da contratada a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

8.7. A contratada será única, integral e exclusivo responsável em qualquer caso por todos os prejuízos, de qualquer natureza, que causar a CONTRATANTE ou, ainda, a terceiros, em decorrência da execução das obras e serviços objeto do Contrato, respondendo por si e por seus sucessores.

8.8. A contratada será, também, responsável por todos os ônus ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno ou noturno), inclusive despesas com instalações e equipamento necessários às obras e serviços e, em resumo, todos os gastos e encargos de material e mão-de-obra necessários à completa realização do objeto do Contrato e sua entrega perfeitamente concluída.

8.9. A contratada deverá:

- a. Providenciar, às suas expensas, cópias dos elementos que venham a ser necessários à assinatura do Contrato, como também no decorrer da execução das obras e serviços;
- b. Registrar o Contrato no CREA e apresentar, à FISCALIZAÇÃO, o comprovante de pagamento da “Anotação de Responsabilidade Técnica”;
- c. Responsabilizar-se pela efetivação de seguros para garantia de pessoas e bens;
- d. Fornecer e colocar no Canteiro de Obras as placas ou outras formas de divulgação das fontes de financiamento e de coordenação das obras e serviços, conforme modelos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO;
- e. Manter permanentemente no local das obras e serviços, equipe técnica composta de profissionais habilitados e de capacidade comprovada, que assuma perante a FISCALIZAÇÃO a Responsabilidade Técnica pelas obras e serviços, até a entrega definitiva do objeto do Contrato, inclusive com poderes para deliberar determinações de emergência caso se tornem necessárias;
- f. Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO na inspeção das obras e serviços em qualquer dia ou hora, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados, inclusive de ordem administrativa;
- g. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, no sentido de garantir a salubridade e segurança no canteiro de obras e serviços;
- h. Quando, por motivo de força maior, houver necessidade de aplicação de material “similar” ao especificado, submeter, previamente e por escrito à FISCALIZAÇÃO, a pretendida substituição;
- i. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, os defeitos ou incorreções verificadas nas obras ou serviços, resultantes de execução irregular, do emprego de materiais inadequados ou não correspondentes às especificações.

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. A CONTRATANTE se obriga a:

- a) Disponibilizar o local das obras;
- b) Aprovar as medições em tempo hábil;
- c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, conforme estabelecido na cláusula onze deste Contrato;
- d) Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução deste Contrato;
- e) Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato;
- f) Reter os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação;
- g) Aplicar penalidades, conforme o caso;
- h) Observar as disposições da Instrução Normativa nº 05/2017, do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, que trata do cadastramento e acompanhamento de contratos e obras nos Sistemas Licitações, Contratos e Obras WEB;
- i) Disponibilizar a presente contratação no Portal Nacional de Compras Públicas ou, em caso de indisponibilidade, em página da Contratante na Internet e no Diário Oficial do Município de Teresina - PI.

9.2. Constituem direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 104, 147 a 149 e 137 a 139 da Lei n. 14.133/2021.

9.3. As obrigações gerais elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais estão previstas na **Parte Específica**.



## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Teresina - PI, conforme classificação descrita na **Parte Específica** deste contrato.

10.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à CONTRATANTE, pela Lei Orçamentária Anual.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

11.1. O pagamento do preço contratual deverá guardar estreita relação com a execução dos serviços contratados e apresentação de seus efeitos ou resultados nos termos estabelecidos nos documentos constantes no processo administrativo citado na Cláusula Primeira, em especial no cronograma físico-financeiro.

11.2. Os pagamentos dos serviços serão feitos por medições mensais, pelo Município de Teresina - PI, através da CONTRATANTE, em moeda legal e corrente no País, através de ordem bancária em parcelas compatíveis com o Cronograma Físico e Financeiro, contra a efetiva execução dos serviços e apresentação de seus efeitos, tudo previamente atestado pelo setor competente da CONTRATANTE, em consonância com o SIAFEM - Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios, mediante apresentação, no que couber, dos seguintes documentos:

I - Carta da Contratada encaminhando a medição;

II - Memória de cálculo;

III - Planilha de medição atestada e boletim de faturamento;

IV - Certificado de medição, definindo o período correspondente;

V - Cronograma executivo (físico) realizado;

VI - Quadro resumo financeiro;

VII - Relatório fotográfico, contendo comentários por foto;

VIII - Cópia do diário de obras referente aos dias de execução dos serviços objetos da medição, assinada pelo engenheiro responsável (da contratada) e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização;

IX - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

X - Certidão Negativa de Débitos relativos a tributos estaduais e à Dívida Ativa do Estado;

XI - Certidão Negativa de Débitos junto ao governo municipal do domicílio ou sede da contratada, na forma da lei;

XII - Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

XIII - cópia do seguro-garantia;

XIV - Relação dos trabalhadores constantes na SEFIP;

XV - Guia de recolhimento do FGTS;

XVI - Guia de recolhimento previdenciário - GFIP;

XVII - Comprovante de pagamento do ISS;

XVIII - Relatório pluviométrico, quando couber;

XIX - Planta iluminada contendo trechos realizados na medição atual (cor amarela), nas medições anteriores acumuladas (cor azul) e trecho restante (cor vermelha), quando se tratar de obras de característica unidimensional;

XX - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

11.3. Os documentos especificados nos incisos II, III, IV, V e VII acima deverão estar assinados pela empresa contratada e pelo servidor ou comissão responsável pela fiscalização.

11.4. Além dos documentos elencados no **item 11.2**, deverão constar da primeira Medição:

I - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART - dos responsáveis técnicos pela execução da obra, com o respectivo comprovante de pagamento;

II - Cópia da ordem de serviço;

III - Cópia dos demais seguros exigidos no contrato;

IV - Matrícula no cadastro específico do INSS (CEI).

11.5. Para a última medição, além dos documentados discriminados no caput, serão exigidos:

I - Baixa da matrícula no cadastro específico do INSS (CEI);

II - Projeto “As Built”, caso previsto na **Parte Específica**;

III - Termo de recebimento definitivo.

11.6. Contratada poderá apresentar à CONTRATANTE para pagamento, fatura ou documento equivalente. Recebida, a fatura ou cobrança será examinada pela CONTRATANTE durante, no máximo, 10 (dez) dias. No exame a CONTRATANTE, preliminarmente, verificará e certificará a efetiva execução dos serviços indicados na fatura e a regular entrega de seus efeitos. Estando tudo em ordem, o pagamento será feito em até 30 (trinta) dias contados do vencimento do prazo de exame da fatura, sem nenhum acréscimo ou agregado financeiro. Havendo correção a fazer, caso o pagamento seja efetuado a partir do 15º dia após o vencimento, a fatura retificada ou ajustada será processada como nova fatura, quanto aos prazos aqui estabelecidos.

11.7. As parcelas de pagamento seguirão a programação do Cronograma Físico- Financeiro da obra ou serviço, suas etapas, sub-etapas e respectivas porcentagens.

11.8. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro estiverem executados em sua totalidade e aceitos pela fiscalização da CONTRATANTE.

11.9. O Cronograma Físico-Financeiro da obra/serviço, após revisado e aprovado pela CONTRATANTE, terá sua versão final anexada a este termo contratual.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe caiba, sem prejuízo do que a referida obrigação pendente poderá ser descontada do pagamento devido pela CONTRATANTE, pagando-se então, apenas o saldo, se houver.

11.11. Serão retidos na fonte os demais tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, conforme legislação.

11.12. No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso, assim apurado:

I = (TX)	I = $\frac{6}{100}$ 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	----------------------------	---

11.13. Entende-se por atraso imputável ao Poder Público, para fins do item anterior, o não pagamento do preço ou de parcela deste, conforme acordado neste instrumento contratual e desde que admissível a divisão da prestação devida pelo contratado em tantas quantas sejam as etapas da obra, serviço ou fornecimento contratado, por mais de 30 (trinta) dias contados do seu recebimento devidamente atestado por servidor ou comissão responsável.

11.14. Caso a execução dos serviços se estenda por mais de um ano, os preços da proposta vencedora poderão ser reajustados segundo índice que reflita o incremento de custos setoriais da Contratada, a cada período anual, conforme fixado na cláusula referente a reajustamento de preço, desde que não tenha dado causa ao atraso.

11.15. A primeira fatura a ser paga deverá estar acompanhada da ART expedida pelo CREA da região onde estarão sendo executados as obras e serviços, comprovando o registro do Contrato naquele Conselho.

11.16. Conforme art. 75, § 4º, da Lei n. 14.133/2021, o pagamento será efetuado preferencialmente por meio de cartão de pagamento, cujo extrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, caso indisponível, no sítio da Contratante na internet.

11.17. Em caso de impossibilidade de utilização de cartão de pagamento, este deverá ser efetuado através de ordem bancária, para crédito na Conta Corrente indicada na **Parte Específica** deste Contrato, valendo à CONTRATANTE como comprovantes de pagamento e como instrumento de quitação, os recibos dos depósitos ou transferências bancárias.

11.18. A **Parte Específica** deste Contrato irá definir a necessidade de pagamento de serviços de instalação, mobilização e desmobilização.

11.19. Caso o item 2.3 da **Parte Específica** deste Contrato tenha definido a elaboração de Projeto Executivo como obrigação da Contratada, deverão ainda ser observadas as disposições de pagamento indicadas na **Parte Específica**.

11.20. A **Parte Específica** deste Contrato poderá prever mais cláusulas, a depender do caso concreto.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

12.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

12.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme a seguinte fórmula:

Sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual da obra/serviço a ser reajustado;

Io = Índice inicial - refere-se ao índice de custos do mês correspondente à data do orçamento a que a proposta se refere, *pro rata die*;

I = Índice relativo à data do reajuste, *pro rata die*.

12.3. O índice de reajuste empregado na fórmula acima será o Índice Nacional da Construção Civil - Coluna 35, calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas na revista Conjuntura Econômica, salvo de outro índice for indicado na Parte Específica deste Contrato.

12.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.5. Competirá à Contratada exercer, perante a Contratante, seu direito ao reajuste, cujos efeitos terão início somente após o requerimento, não sendo devidos valores referentes a medições de serviços executados anteriormente.

12.6. Ocorrendo a hipótese de alteração do prazo de reajuste estabelecido neste Contrato, este se adequará de pronto às condições que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo ou Legislativo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.

12.7. Em caso de atraso na execução das obras/serviços atribuível à licitante adjudicatária, os preços contratuais serão reajustados pela fórmula estabelecida no subitem precedente, obedecendo-se os seguintes critérios:

a) Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que a etapa das obras/serviços seria realizada de conformidade com o programado no cronograma físico-financeiro;

b) Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as obras/serviços forem executados.

12.8. Deverá o gestor do contrato diligenciar no sentido de assegurar que a economicidade do vínculo contratual será mantida mesmo após o reajuste, juntando aos autos documentação comprobatória da atual compatibilidade do valor do contrato com a realidade de mercado.

12.9. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste que prejudique a economicidade do valor contratual, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com a realidade do mercado.

12.10. A partir do reajustamento dos preços a empresa contratada passará a apresentar, para cada pagamento que pretenda receber, duas Faturas, sendo que uma conterá os preços originais contratados e a segunda será composta apenas pelo reajustamento devido, que será calculado conforme a fórmula constante no parágrafo segundo.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS TRIBUTOS**

13.1. Todos os tributos que incidirem ou vierem a incidir sobre este Contrato ou sobre os serviços contratados, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA e deverão ser pagos nas épocas devidas.

13.2. No caso de criação de novos tributos ou alteração nas alíquotas de tributos existentes, os preços sobre os quais incidirem esses tributos serão revistos a partir da época em que ocorrer a alteração da legislação tributária, aumentando-se ou reduzindo-se aqueles preços da maneira apropriada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**

14.1. O prazo para execução das obras e serviços encontra-se previsto na **Parte Específica** deste Contrato.

14.2. O início da vigência contratual ocorrerá a partir da data da assinatura deste contrato, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

14.3 A validade deste instrumento decorrerá de sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município de Teresina - PI.

14.4. O presente contrato terá vigência definida na **Parte Específica** deste Contrato.

14.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 111 da Lei n.14.133/2021.

14.6. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei

para a continuidade da execução contratual.

14.7. O contrato se extinguirá 5 (cinco) dias após o recebimento definitivo da obra.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL**

15.1. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade profissional pela execução das obras e serviços contratados, obrigando-se, ainda, a comunicar à CONTRATANTE a designação do dirigente técnico, cabendo a esse a responsabilidade total de agir em nome da CONTRATADA, acumulando, se for o caso, as responsabilidades administrativas decorrentes, bem como comunicar previamente todas as substituições que vier a operar em sua equipe técnica alocada aos trabalhos objeto do presente Contrato.

15.2. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo administrativo citado na Cláusula Primeira.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

16.1. A CONTRATADA assume inteira responsabilidade por danos e prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros na execução das obras e serviços ora contratados, inclusive acidentes, mortes, perdas ou destruições, parciais ou totais, a pessoas, materiais ou coisas, isentando a CONTRATANTE de todas as reclamações que possam surgir em consequência deste Contrato, ainda que tais reclamações resultem de atos de prepostos seus ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas na execução dos trabalhos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

17.1. Alterações do contrato observarão o disposto nos artigos 124 a 134 da Lei nº 14.133/2021 e serão incorporadas ao Contrato durante sua vigência, mediante termos aditivos com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

17.1.1. unilateralmente pela CONTRATANTE:

a) Quando, por sua iniciativa, houver modificações dos detalhes executivos ou das especificações, para melhor adequação técnica do objeto;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto até o limite permitido na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, do valor inicial do contrato ou instrumento equivalente.

17.1.2. por acordo entre as partes:

a) Quando houver a substituição de garantia de execução, por deliberação conjunta das partes;

b) Quando necessária à modificação do regime de execução, em fase de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos do contrato original;

c) Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstância superveniente, mantido o valor inicial atualizado, vedada à antecipação do pagamento com relação ao Cronograma Financeiro fixado, sem correspondente contraprestação da execução do objeto.

17.2. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

17.3. No caso de supressão de parte do objeto do Contrato, se a contratada já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

17.4. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

17.5. Em havendo alteração unilateral do Contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

17.6. A contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários na contratação, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021, do valor inicial do contrato.

17.7. Durante todo o período de execução do contrato será exercida estrita observância ao equilíbrio dos preços fixados no neste Contrato em relação à vantagem originalmente ofertada pela empresa vencedora, de forma a evitar que, por meio de termos aditivos futuros, o acréscimo de itens com preços supervalorizados ou eventualmente a supressão ou modificação de itens com preços depreciados viole princípios administrativos.

17.8. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamento que modifique a planilha orçamentária.

17.9. A diferença a que se refere no parágrafo 7º poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos

aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência na forma do Decreto nº 7.983/2013, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda melhor proposta, se houver.

17.10. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pela CONTRATANTE, na forma prevista no capítulo II do Decreto nº 7.983/13, observado o disposto no art. 14 e mantidos os limites do previsto no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

17.11. Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, exceto nos seguintes casos:

I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei n. 14.133/2021;

III - por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 da Lei n. 14.133/2021;

IV - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO**

18.1. A FISCALIZAÇÃO da execução das obras e serviços será feita pela CONTRATANTE, através de seus representantes, equipes ou grupos de trabalho, de forma a fazer cumprir rigorosamente os detalhes executivos, as especificações, os prazos, as condições estabelecidas no Termo de Referência, a PROPOSTA DE PREÇOS e as disposições do Contrato.

18.2. Fica reservado à FISCALIZAÇÃO o direito e a autoridade para resolver, no Canteiro de Obras, todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos não previsto no Projeto básico, nas Especificações, nos Detalhes Executivos, nas Leis, nas Normas da CONTRATANTE, nos Regulamentos e em tudo mais que, de qualquer forma, se relacione, direta ou indiretamente, com as obras e serviços em questão e seus complementos, ouvida a autoridade do órgão.

18.3. Compete, ainda, especificamente à FISCALIZAÇÃO:

- a) Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para a sua retirada da obra;
- b) Exigir a substituição de técnico, mestre ou operário que não responda técnica e disciplinarmente às necessidades da obra, sem prejuízo do cumprimento dos prazos e condições contratuais;
- c) Decidir quanto à aceitação de material “similar” ao especificado, sempre que ocorrer motivo de força maior;
- d) Exigir da contratada, o cumprimento integral do estabelecido na Cláusula Décima Sexta deste Contrato;
- e) Indicar à contratada, todos os elementos indispensáveis ao início das obras, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de emissão da Ordem de Execução de Serviços;
- f) Esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela contratada;
- g) Expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à contratada;
- h) Autorizar as providências necessárias junto a terceiros;
- i) Promover, com a presença da contratada, as medições de obras e serviços executados.
- j) Transmitir, por escrito, as instruções e as modificações dos detalhes executivos que porventura venham a ser feitas, bem como alterações de prazos e de cronogramas;
- k) Dar à CONTRATANTE imediata ciência dos fatos que possam levar à aplicação de penalidades contra a contratada ou mesmo à rescisão do Contrato;
- l) Relatar oportunamente à CONTRATANTE ocorrência ou circunstância que acarretar dificuldades no desenvolvimento das obras e serviços em relação a terceiros.
- m) Examinar os livros e registros.

18.4. A substituição de qualquer integrante da equipe técnica da contratada, durante a execução das obras e serviços, dependerá da aquiescência da FISCALIZAÇÃO quanto ao substituto apresentado.

18.5. Com relação ao “Diário de Ocorrência”, compete à FISCALIZAÇÃO:

- a) Pronunciar-se sobre a veracidade das anotações feitas pela contratada;
- b) Registrar o andamento das obras e serviços, tendo em vista os detalhes executivos, as especificações, os prazos e cronogramas;
- c) Fazer observações cabíveis, decorrentes dos registros da contratada no referido Diário;
- d) Dar solução às consultas feitas pela contratada, seus prepostos e sua equipe;
- e) Registrar as restrições que pareçam cabíveis quanto ao andamento dos trabalhos ou ao procedimento da contratada, seus prepostos e sua equipe;
- f) Determinar as providências cabíveis para o cumprimento dos detalhes executivos e especificações;

g) Anotar os fatos ou observações cujo registro se faça necessário.

18.6. A **Parte Específica** deste Contrato poderá incluir rotinas específicas de fiscalização da execução do objeto, de acordo com as respectivas peculiaridades.

## **CLÁUSULA NONA - DA CAUÇÃO DE EXECUÇÃO**

19.1. A **Parte Específica** poderá prever a prestação de garantia pelo licitante vencedor.

19.2. No caso de prestação de garantia mediante seguro-garantia, o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

19.2.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionada.

19.3. A garantia prestada será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o art. 100 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.4. A não prestação de garantia equivale à recusa injustificada para a contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, ficando a adjudicatária sujeita às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa.

19.5. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições estabelecidas no subitem 19.1 da **Parte Específica** deste contrato.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DAS PENALIDADES**

20.1. As penalidades administrativas aplicáveis à Contratada, por inadimplência, estão previstas no Capítulo I do Título IV da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato.

20.2. Conforme art. 155 da Lei n. 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

20.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.4. A sanção prevista na alínea "a" do subitem 20.3 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea "a" do subitem 20.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.5. A sanção prevista na alínea "b" do subitem 20.3, calculada na forma do item 12.11 deste contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no subitem 20.2.

20.6. A sanção prevista na alínea "c" do subitem 20.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do subitem 20.2, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



20.7. A sanção prevista na alínea “d” do subitem 20.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l”, do subitem 20.2, bem como pelas infrações administrativas previstas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do referido subitem que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 20.6 e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.8. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 20.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do referido subitem.

20.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.10. Independentemente das sanções a que se referem os subitens anteriores, a Contratada está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, podendo ainda a administração propor que seja responsabilizada:

- a) civilmente, nos termos do Código Civil;
- b) perante os órgãos incumbidos de fiscalização das atividades contratadas ou do exercício profissional a elas pertinentes;
- c) criminalmente, na forma da legislação pertinente.

20.11. Multas

20.11.1. Caso haja a inexecução parcial do objeto será aplicada multa de até 30% (trinta por cento) sobre o saldo contratual. Para inexecução total, a multa aplicada será de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

20.11.1.1. Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando:

- a) O CONTRATADO executar, até o final do prazo de execução de conclusão da obra, menos de 80% (oitenta por cento) do total do contrato;
- b) Houver atraso injustificado por mais de 60 (sessenta) dias após o término do prazo fixado para a conclusão da obra.

20.11.1.2. Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem de serviço.

20.11.2. Além das multas previstas no item 20.11.1 e subitens, poderão ser aplicadas multas, conforme graus e eventos descritos nas tabelas 1.1, 1.2 e 2 abaixo.

Tabela 1.1 - Obra até 10 milhões

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 150,00
2	R\$ 250,00
3	R\$ 350,00
4	R\$ 500,00
5	R\$ 2.500,00
6	R\$ 5.000,00

Tabela 1.2 - Obra acima de 10 milhões

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$ 300,00
2	R\$ 500,00
3	R\$ 700,00
4	R\$ 1000,00

5	R\$ 5.000,00
6	R\$ 10.000,00

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		GRAU
Item	DESCRIÇÃO	
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	01
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia.	01
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	02
5	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado, por ocorrência.	03
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada.	03
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	03
9	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência.	04
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06
12	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	06
	<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>	
13	Apresentar a ART dos serviços para início da execução destes no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato; por dia de atraso.	01
14	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	01
15	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01
	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou	

16	determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	01
17	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência.	01
18	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência.	02
19	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	02
20	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia.	02
21	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03
22	Manter nos locais dos serviços um "Livro de Ocorrências"- DIÁRIO DE OBRAS; por dia.	04
23	Registrar diariamente o andamento dos serviços e os fatos relativos à execução das obras, no DIÁRIO DE OBRAS. Os registros feitos receberão o visto da CONTRATADA e da CONTRATANTE; por dia.	03
24	Encaminhar semanalmente para arquivamento na pasta do contrato na CONTRATANTE, a 1ª via do DIÁRIO DE OBRAS relativo à semana anterior. Por semana.	03
25	Inserir no DIÁRIO DE OBRAS, as justificativas apresentadas para subsidiar as alterações do contrato na data de sua ocorrência anexando os registros no pedido; Por ocorrência.	06
26	Iniciar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pela obra, nas quantidades previstas no Projeto básico; por dia.	04
27	Cumprir quaisquer dos itens do <b>Projeto básico e deste Contrato</b> , mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	04
28	Efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, tickets-refeições, seguros, encargos fiscais sociais, bem como arcar com quaisquer despesas direta e/ou indiretas relacionadas a execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência.	05

20.11.3. Quando o CONTRATADO deixar de cumprir prazo previamente estabelecido para execução dos serviços previstos no cronograma de execução físico-financeiro por ela apresentado e aprovado pela FISCALIZAÇÃO, serão aplicadas multas conforme Tabela 3. A apuração dos atrasos será feita mensalmente.

20.11.3.1. A(s) multa(s) por atraso injustificado na execução dos serviços incidirá (ão) sobre os valores previstos para o pagamento do mês em que ocorrer o atraso, de acordo como cronograma físico-financeiro inicialmente apresentado pelo CONTRATADO e aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

20.11.3.2. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitara o CONTRATADO a sanções variáveis e progressivas, a depender da gravidade e da frequência do(s) atraso(s), conforme Tabela 3 a seguir:

20.11.3.3. Quanto a gravidade, o atraso será classificado como:

- a) brando: quando acarretar um atraso de 5% até 15% na execução dos serviços no mês;
- b) mediano: quando acarretar um atraso de 15% a 25% na execução dos serviços no mês;
- c) grave: quando acarretar um atraso de mais de 25% na execução dos serviços no mês.

20.11.3.4. Quanto à frequência, o atraso será classificado como:

a) eventual: quando ocorrer apenas uma vez;

b) intermitente: quando ocorrer mais de uma vez, em medições não subsequentes;

c) constante: quando ocorrer mais de uma vez, em medições subsequentes.

20.11.3.5. A gravidade do atraso será aferida, em cada medição, de maneira cumulativa, procedendo-se a comparação entre o valor total acumulado previsto pelo CONTRATADO no cronograma físico-financeiro apresentado e o total acumulado efetivamente realizado até a medição em questão. A multa poderá ser aplicada no decorrer da obra, nos períodos de medição seguintes ao da constatação do atraso.

20.11.3.6. No primeiro mês em que ocorrer atraso poderá ser aplicada, a critério da FISCALIZACAO, a sanção de advertência. A qualquer tempo a FISCALIZACAO poderá aplicar a sanção de advertência se constatado atraso da obra de até 5%.

20.11.3.7. Se o CONTRATADO apresentar, nos períodos de medição seguintes ao do registro do atraso, recuperação satisfatória ao cumprimento dos prazos acordados, a FISCALIZACAO poderá, a seu exclusivo critério, optar pela não aplicação da multa.

20.11.3.8. A recuperação supracitada não impede a aplicação de outras multas em caso de incidência de novos atrasos.

20.11.4. Por atraso na conclusão da obra poderá ser aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite de 60 (sessenta) dias.

20.11.4.1. Após o sexagésimo dia, será aplicada a sanção de inexecução parcial, conforme definido anteriormente.

20.11.5. O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

20.12. Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

20.13. Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.

20.14. As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

21.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

21.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

21.3. A extinção determinada por ato unilateral e escrito da Administração acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e na Lei nº 14.133/2021:

I) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II) Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III) Execução da garantia contratual para:

a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;

d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

21.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

I) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III) Indenizações e multas.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - SUBCONTRATAÇÃO E SUB-ROGAÇÃO**

22.1. A **Parte Específica** do Contrato irá definir a permissão ou não de subcontratação.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

23.1. Concluídos os serviços, após comunicação formal por escrito do adimplemento total da conclusão pelo contratado, a CONTRATANTE procederá ao recebimento provisório do objeto, no prazo indicado na **Parte Específica**, mediante termo detalhado, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Projeto básico.

23.2. A CONTRATANTE receberá os serviços em caráter definitivo no prazo indicado na **Parte Específica**. Durante o período compreendido entre o recebimento provisório e o recebimento definitivo, ficará o contratado obrigado a efetuar reparos que, a juízo da CONTRATANTE se fizerem necessários quanto à qualidade e segurança do objeto.

23.3. Encerrado o prazo fixado no subitem anterior, o objeto será recebido definitivamente por servidor ou comissão designada para tal fim, mediante termo detalhado assinado pelas partes, desde que se comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, conforme o disposto no art. 140, I, "b" da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das sanções civis.

23.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

24.1. Os casos omissos e os que se tornarem controvertidos serão decididos com base na Lei nº 14.133/2021, garantido à CONTRATADA o contraditório e ampla defesa de seus interesses.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA EFICÁCIA**

25.1. A validade deste instrumento decorrerá de sua assinatura, tornando-se eficaz a partir da publicação, em extrato, no Diário Oficial do Município de Teresina - PI, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), que será providenciada pela CONTRATANTE nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

#### **CLAUSULA VIGÉSIMA SEXTA- DA CISÃO, INCORPORAÇÃO OU FUSÃO**

26.1. Em havendo a Cisão, Incorporação ou Fusão da futura empresa contratada, a aceitação de qualquer uma destas operações ficará condicionada à análise por esta administração contratante do procedimento realizado, tendo presente a possibilidade de riscos de insucesso na execução do objeto contratado, ficando vedada a sub-rogação contratual.

#### **CLAUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA- DA PROTEÇÃO DE DADOS**

27.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

27.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

27.3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações - em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis - repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

27.4. A CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

a) o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e 14 da Lei n. 13.709/2018, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

b) o tratamento seja limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD;

c) em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão. Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outras finalidades. Eventualmente, podem as partes convencionar, por escrito, que a CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

d) os sistemas que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados seguem um conjunto de premissas, políticas e especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado;

e) os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

e.1) no caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para atender ao disposto acima, esta garante que:

e.1.1) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos, asseguram o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;

e.1.2) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;

e.1.3) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência, foi e continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável e que não viola as disposições pertinentes do Brasil;

e.e.1.4) oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança técnicas e organizativas, e as especificará formalmente ao contratante, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros;

e.1.5) as medidas de segurança são adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito e que estas medidas asseguram um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;

e.1.6) zelar pelo cumprimento das medidas de segurança;

e.1.7) tratará os dados pessoais apenas em nome da CONTRATANTE e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato; no caso de não poder cumprir estas obrigações por qualquer razão, concorda em informar imediatamente a CONTRATANTE que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.8) a legislação que lhe é aplicável não o impede de respeitar as instruções recebidas da CONTRATANTE e as obrigações do contrato e que, no caso de haver uma alteração nesta legislação que possa ter efeito adverso substancial nas garantias e obrigações conferidas pelas cláusulas do contrato, comunicará imediatamente essa alteração a CONTRATANTE, que neste caso poderá suspender a transferência de dados e/ou de rescindir o contrato;

e.1.9) notificará imediatamente a CONTRATANTE sobre: qualquer solicitação juridicamente vinculativa de divulgação de dados pessoais por uma autoridade fiscalizadora responsável pela aplicação da lei, a menos que seja proibido de outra forma, como uma proibição da lei penal de preservar a confidencialidade de uma investigação policial; qualquer acesso acidental ou não autorizado.

e.1.10) responderá rápida e adequadamente todas as solicitações de informação da CONTRATANTE, relacionadas ao tratamento dos dados pessoais objeto da transferência e que se submeterá aos conselhos da autoridade fiscalizadora no que diz respeito ao processamento dos dados transferidos;

e.1.11) a pedido da CONTRATANTE apresentará as informações necessárias sobre o tratamento relacionado com os dados pessoais objeto da transferência ou as informações solicitadas pela Autoridade fiscalizadora.

e.1.12) em caso de subcontratação, informará previamente a CONTRATANTE que poderá anuir por escrito;

e.1.13) os serviços de processamento pelo subcontratado serão executados de acordo com o disposto neste contrato;

e.1.14) enviará imediatamente a CONTRATANTE uma cópia de qualquer acordo de subcontratação que celebrar sobre o objeto deste contrato

27.5. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados e/ou prepostos das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE.

27.6. O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 (dez) anos contados de seu termo final.

27.7. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo.

27.8. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

27.9. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, terá acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.



27.10. A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

27.11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

27.12. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

27.13. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI da LGPD.

27.14. As disposições elencadas nesta cláusula somam-se àquelas decorrentes das peculiaridades da contratação, as quais poderão ser previstas na **Parte Específica**.

**CLAUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DO FORO**

28.1.Fica eleito o foro da comarca de Teresina- PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do contrato que não possam ser compostos pela utilização dos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, observado o CAPÍTULO XII do TÍTULO III da Lei nº 14.133, de 2021.

PARTE ESPECÍFICA	
As seguintes informações específicas sobre o Contrato, a seguir apresentadas, complementarão, suplementarão ou modificarão as disposições constantes da Parte Geral.  <b>EM CASO DE CONFLITO, PREVALECERÃO AS DISPOSIÇÕES AQUI CONTIDAS.</b>	
Parte Geral	Definições da Parte Específica
1.1	Processo Administrativo - SEI nº XXXXX e Concorrência Eletrônica nº XXXXX
2.1	O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO, POR MEIO DE PREGÃO ELETRÔNICO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS E SOCIAIS, COM FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, APOIO LOGÍSTICO E MÃO DE OBRA TÉCNICA ESPECIALIZADA, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS INTEGRADAS - SEMCASPI, ABRANGENDO AS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, DAS POLÍTICAS INTEGRADAS E DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS.
2.3	(X) não se inclui no objeto contratual a elaboração de Projeto Executivo, considerando que já foi previamente preparado pela Contratante.
7.1	( x ) O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ (...) sendo meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.
8.5	A Contratada deve se atentar a todas as obrigações a ela atribuídas no item 7 do Termo de Referência, Anexo I.
10.1	As despesas decorrentes desta contratação são decorrentes das seguintes disposições:  ficha 774, ação 2.622, elemento 3.3.90.39, fonte 1500, saldo de R\$ 209.347,20; ficha 837, ação 4.142, elemento 3.3.90.39, fonte 1500, saldo de R\$ 40.000,00; ficha 591, ação 2.054, elemento 3.3.90.39, fonte 1660, saldo de R\$ 1.126.574,84; e

	ficha 463, ação 2.607, elemento 3.3.90.39, fonte 1661, saldo de R\$ 410.000,00. Elemento de despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
<b>11.5, "II"</b>	( x ) Para fins de pagamento da última medição, a Contratada deverá apresentar Projeto "As Built".
<b>14.1</b>	O prazo de execução do objeto será conforme Item 6, 21 e 24 do Termo de Referência, Anexo I.
<b>14.4</b>	O contrato terá vigência inicial de <b>12 (doze) meses</b> , contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma da legislação aplicável, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as cláusulas contratuais pertinentes, conforme Item 27.4 do Termo de Referência, Anexo I.
<b>18.6</b>	A fiscalização da execução dos serviços abrange todas as obrigações contidas no Item 18 do Termo de Referência, Anexo I.
<b>19.1</b>	(x) <b>Não será exigida garantia contratual</b> , considerando a natureza do objeto, a execução sob demanda e o fato de se tratar de prestação de serviços temporários e locação de estruturas e equipamentos para eventos, sem prejuízo da integral responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança, funcionamento e substituição imediata dos itens que apresentarem falhas, defeitos ou inadequações durante a execução. A ausência de exigência de garantia contratual não afasta a aplicação das penalidades administrativas, das sanções legais e da responsabilização da contratada por eventuais danos decorrentes da má execução contratual, conforme item 20 do Termo de Referência, Anexo I.
<b>22.1</b>	(X) Será permitida a subcontratação, conforme Termo de Referência- Anexo I. ( ) Não será permitida a subcontratação.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente CONTRATO em uma única via, que, após lida e achada conforme, será assinada eletronicamente por meio do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) pelas partes.

Teresina (PI), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

(NOME DA AUTORIDADE)

ÓRGÃO

CONTRATANTE

(EMPRESA)

(REPRESENTANTE - CARGO)

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

2.

### ANEXO III - FOMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Sr. (a) Pregoeiro (a), Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_**

Apresentamos nossa proposta conforme Anexo I (Termo de Referência) que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

1. 1. CONDIÇÕES GERAIS:

A Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ nº estabelecida no (a) \_\_\_\_\_, para XXXXX visando a contratação de empresa(s) para XXXXXXXXXXXX para atender demandas da XXXXXXXXXXXX e demais órgãos e entes que compõem a Administração Pública Municipal , de acordo com as especificações e condições constantes do Pregão ou Concorrência em referência, bem como do respectivo Edital e seus Anexos.

O valor total do LOTE/GRUPO \_\_\_\_\_ é de R\$ \_\_\_\_\_ (em algarismo e por extenso).


ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT ou CATSERV	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Valor Total do item ou grupo.....						R\$

Validade da Proposta: XXXXX, a contar da data de sua apresentação.


Inclui-se nesta proposta marca/fabricante dos itens respectivos, **quando houver**;

Informamos, por oportuno, que nos preços apresentados acima já estão computados todos os custos necessários decorrentes do fornecimento dos serviços do objeto desta licitação, bem como já incluídos todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, seguros, deslocamentos de pessoal e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.


**OBS.: É de responsabilidade da licitante preencher corretamente as informações conforme modelo da proposta, incluindo o objeto principal licitado no Edital e Termo de Referência.**




Documento assinado eletronicamente por **Laura de Carvalho Oliveira, Supervisora de Processamento de Contratações Públicas**, em 22/05/2026, às 11:46, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Daniela Barros Silva, Coordenadora de Compras Públicas**, em 22/05/2026, às 12:17, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Antônio Parente Elvas Coêlho, Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos**, em 25/05/2026, às 11:02, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **15311870** e o código CRC **E71D58F5**.

Referência: Processo nº 00049.008401/2024-71

SEI nº 15311870

Rua Firmino Pires, 121 - Bairro Centro - - CEP 64001-070 - Teresina - PI  
- <https://www.teresina.pi.gov.br/sema>



## TERMO DE REFERÊNCIA

Em atendimento ao Despacho 592/2025 - SUPE-PCP-SEMA, apresenta-se a presente **Retificação do Termo de Referência**, com a **inclusão das exigências e de novas quantidades e itens**, em consonância com as recomendações constantes do **Parecer Técnico**.

A retificação tem por finalidade assegurar a adequada definição dos requisitos técnicos indispensáveis à contratação, tendo em vista que o objeto compreende, em sua maior parte, serviços comuns de organização e operacionalização de eventos, contendo, contudo, parcelas técnicas específicas que demandam responsabilidade técnica formal, especialmente quanto à montagem de estruturas, instalações elétricas temporárias, operação de equipamentos e demais atividades que, por sua natureza, exijam acompanhamento por profissional legalmente habilitado, quando cabível.

<b>Unidade Requisitante</b>	<b>Gerência Administrativa (GA) - SEMCASPI</b>
<b>Unidade Responsável</b>	<b>Setor de Compras da Gerência Administrativa (SC) - SEMCASPI</b>
<b>Tipo de Contratação</b>	<b>Locação de bens e serviços especializados</b> , com fornecimento de equipamentos técnicos (iluminação, sonorização, palcos, tendas, climatizadores, etc.) e mão de obra qualificada (operadores, cerimonialistas, fotógrafos, cinegrafistas, etc.)
<b>Modalidade de Contratação</b>	Pregão Eletrônico
<b>Critério de Escolha</b>	<b>Menor Preço Global por Lote (único)</b> (Não parcelado, conforme item 7 do ETP)
<b>Valor Estimado Total</b>	Valor global estimado da contratação: R\$ 1.167.243,54 (um milhão, cento e sessenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), conforme o Mapa Comparativo de Preços atualizado. Esta estimativa baseia-se no levantamento de mercado e nas análises constantes no Mapa Comparativo de Preços atualizado, para o planejamento anual de 2026.
<b>Base Legal</b>	Lei nº 14.133/2021, Art. 28, §3º e Art. 6º, LX

### 1. OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação, por meio de **pregão eletrônico**, de **empresa especializada na prestação de serviços de organização, planejamento, coordenação, operacionalização e execução de eventos institucionais, culturais e sociais**, com fornecimento, sob demanda, de infraestrutura, equipamentos, materiais, apoio logístico e mão de obra técnica especializada, para atender às necessidades da **Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI**, abrangendo as demandas administrativas, das Políticas Integradas e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

A contratação foi redimensionada a partir da **atualização das necessidades das gerências vinculadas à SEMCASPI**, em razão do acréscimo de itens e quantitativos apontados nos autos, com vistas a assegurar cobertura adequada às ações institucionais, socioassistenciais e intersetoriais promovidas por esta Secretaria no exercício de **2026**.

A descrição detalhada dos itens, quantidades, unidades de medida, códigos e especificações técnicas deverá corresponder **integralmente** ao DFD e **Mapa Comparativo de Preços atualizado**, que integra o processo administrativo e servirá de base para a formulação das propostas e futura execução contratual.

A contratação integra a estratégia de garantir a realização eficiente, segura e de qualidade dos eventos promovidos pela Secretaria, assegurando a infraestrutura necessária, diante da indisponibilidade de recursos

próprios e da impossibilidade de aquisição definitiva, conforme estudo técnico e levantamento de mercado anexos ao processo.

A descrição detalhada dos equipamentos, serviços, quantidades e especificações técnicas objeto desta contratação encontra-se consolidada na tabela abaixo, que integra este Termo de Referência.

Considerando que o objeto da contratação envolve a locação de bens móveis e a prestação de serviços operacionais de natureza temporária, não será exigida garantia contratual após o encerramento do período de locação.

Considerando a natureza temporária da locação, não será exigida garantia contratual após o término do período de vigência do contrato.

No entanto, a empresa contratada deverá assegurar o pleno funcionamento e a operabilidade dos equipamentos durante todo o período de uso, responsabilizando-se pela substituição imediata, sem qualquer ônus adicional para a Administração, de quaisquer itens que apresentem falhas, defeitos ou desempenho inadequado.

A contratação deverá observar as normas ambientais vigentes, bem como critérios de sustentabilidade, quando aplicáveis.

A contratada será responsável pelo pleno funcionamento dos equipamentos e pela substituição imediata, sem custos adicionais para a Administração, de quaisquer itens que apresentem falhas, defeitos ou desempenho inadequado, garantindo a continuidade dos serviços e a qualidade na execução dos eventos.

Essa obrigação inclui a manutenção corretiva emergencial, a troca de equipamentos e, quando aplicável, a substituição de profissionais técnicos, de modo a garantir a continuidade dos serviços e a qualidade da execução dos eventos institucionais.

A exigência visa assegurar o cumprimento dos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e do interesse público, conforme previstos na Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Código do bem/serviço (E-Governe)	Código do bem/serviço (CATMAT)	Valor Unitário	Valor estimado total
1	Iluminação de Pequeno Porte, com 12 refletores par led 3w, 04 movings heads beam 200 5R, 01 máquina de fumaça 1500w profissional, 01 mesa de iluminação compatível com essa quantidade de equipamentos e 01 operador técnico profissional.	Unidade	10	37856	13757	R\$ 895,83	R\$ 8.958,30
2	Iluminação de Médio Porte, com 12 refletores de alumínio com lâmpadas para (foco 01 e 05) de 1000w, 24 refletores par led 3w, 08 movings heads beam 200 5R, 02 máquina de fumaça 1500w	Unidade	10	33077	13757	R\$ 1.333,33	R\$ 13.333,30

	profissional, 02 mini brutes de 04 lampadas, 01 mesa de iluminação compatível com essa quantidade de equipamentos e 01 operador técnico profissional.						
3	Iluminação de Grande Porte, com 24 refletores de alumínio com lâmpadas para (foco 01 e 05) de 1000w, 48 refletores par led 3w, 12 movings heads beam 200 5R, 02 canhoes seguidores, 02 máquina de fumaça 3000w profissional, 04 mini brutes de 06 lâmpadas, 01 mesa de iluminação compatível com essa quantidade de equipamentos e 01 operador técnico profissional.	Unidade	5	14143	13757	R\$ 2.063,33	R\$ 10.316,65
4	Grades de isolamento em ferro galvanizado, medindo (3 x 1,30m de altura, metro linear)	Metro	500	37045	PDM - 132217	R\$ 30,41	R\$ 15.205,00
5	Par Led RGBW 3W	Unidade	60	46686	13757	R\$ 29,17	R\$ 1.750,20
6	Movings Heads Beam 200 5R	Unidade	18	37858	13757	R\$ 147,81	R\$ 2.660,58
7	Canhão Seguidor 15R	Unidade	12	37859	13757	R\$ 188,97	R\$ 2.267,64
8	Set Light 1000W	Unidade	30	37860	453345	R\$ 54,00	R\$ 1620,00
9	Painel de Led indoor/outdoor de pixel 10mm medindo 5x2m.	Unidade	8	36812	13757	R\$ 1.282,27	R\$ 10.258,16
10	Painel de Led indoor/outdoor de pixel 6mm medindo 5x2m.	Unidade	8	37861	13757	R\$ 1.282,27	R\$ 10.258,16
	Sonorização de Pequeno Porte com 04 caixas acústicas, amplificação compatível, 01 mesa digital de 16						



11	canais, 01 processador de sistemas digitais, 02 retornos para voz, 04 microfones sendo 02 sem fio e 01 operador técnico profissional.	Unidade	18	37862	12556	R\$ 1.799,92	R\$ 32.398,56
12	Sonorização de Médio Porte com 16 caixas acústicas sendo 08 caixas de subgraves e 08 caixas de medias altas, amplificação compatível, 02 mesas digitais de 32 canais com 08 auxiliares, 02 processador de sistemas digitais com 02 canais de entrada e 06 de saída, 01 side fill duplo e estéreo, 04 retornos para voz, 01 retorno para baixo e 01 retorno para guitarra, 01 retorno para bateria, 01 retorno para teclado, 01 kit de microfones para bateria, 01 bateria completa com bumbo 20 ou 22", 24 microfones para voz e equipamentos, 24 pedestais girafas, 02 microfones sem fio para locução, 08 directs box, 02 pontos de comunicação entre as mesas, acessórios para todo o sistemas e 02 operadores técnicos profissionais.	Unidade	18	37863	12556	R\$ 3.236,67	R\$ 58.260,06
	Sonorização de Grande Porte com 32 caixas acústicas sendo 16 caixas de subgraves e 16 caixas de medias altas, amplificação compatível, 02 mesas digitais de 48 canais com 16 auxiliares, 02 processador de sistemas digitais com 02 canais de entrada e 06 de saída, 01 side fill duplo e estéreo, 08 retornos para voz,						

13	01 retorno para baixo e 02 retornos para guitarra, 01 retorno para bateria, 01 retorno para teclado, 01 kit de microfones para bateria, 01 bateria completa com bumbo 20 ou 22", 46 microfones para voz e equipamentos, 46 pedestais girafas, 02 microfones sem fio para locução, 16 directs box, 01 sistema 02 pontos de comunicação entre as mesas, acessórios para todo o sistemas e 02 operadores técnicos profissionais.	Unidade	10	14145	12556	R\$ 6.646,64	R\$ 66.466,40
14	Palco de Pequeno Porte em treliças de alumínio P30 com cobertura em lona anti chama medindo 06 metros de frente, 06 metros de fundo, 05 metros de altura (piso + teto), 01 metro de altura (chão + piso), com escada de acesso e fechado no fundo e laterais.	Unidade	18	37864	24376	R\$ 2.683,00	R\$ 48.294,00
15	Palco de Médio Porte em treliças de alumínio P30 com cobertura em lona anti chama medindo 10 metros de frente, 08 metros de fundo, 06 metros de altura (piso + teto), 1,50 metros de altura (chão + piso), com escada de acesso e fechado no fundo e laterais.	Unidade	18	37865	24376	R\$ 4.357,32	R\$ 78.431,76
16	Palco de Grande Porte em treliças de alumínio P30 e P50 com cobertura em lona anti chama medindo 12 metros de frente, 08 metros de fundo, 07 metros de altura (piso +	Unidade	10	37866	24376	R\$ 5.663,96	R\$ 56.639,60

	teto), 1,70 metros de altura (chão + piso), com escada de acesso e fechado no fundo e laterais.						
17	Palco (tablado), medindo 4,40m x 3,20m x 0,50 m com piso feito em compensado de madeira naval, com carpete de 1º uso, revestido com cantoneiras de ferro, com escada e rampa de acesso.	Unidade	18	37867	24376	R\$ 696,46	R\$ 12.536,28
18	Palco (tablado) medindo 8m x 8m x 0,50m com piso feito em compensado de madeira naval, com carpete de 1º uso, revestido com cantoneiras de ferro com escada e rampa de acesso.	Unidade	12	46687	24376	R\$ 2.333,33	R\$ 27.999,96
19	Stand especial medindo 4x3x2,20m, com material em perfis de alumínio octanorme, com ar-condicionado, paredes em ts ou vidro, instalação elétrica completa incluindo iluminação artificial interna, tomadas, testeiras para logomarcas piso em estrutura metálica com carpete de 1º uso, paisagismo com plantas ornamentais.	Unidade	18	37869	13099	R\$ 1.566,67	R\$ 28.200,06
20	Stand especial medindo 3x3x2,20m, com material em perfis de alumínio octanorme, sem ar-condicionado, paredes em ts, instalação elétrica completa incluindo iluminação artificial interna, tomadas, testeiras para logomarcas piso em estrutura metálica com carpete de 1º uso, paisagismo com	Unidade	18	37870	13099	R\$ 610,64	R\$ 10.991,52

	plantas ornamentais.						
21	Tenda com montagem, em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 4m x 4m cada, composta de calhas laterais, inteiriça reforçada para captação e escoamento de água. Altura de 2,50 metros em seus pés de sustentação.	Unidade	200	37044	21164	R\$ 299,89	R\$ 59.978,00
22	Tenda com montagem, em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 6m x 6m cada, composta de calhas laterais, inteiriça reforçada para captação e escoamento de água. Altura de 2,50 metros em seus pés de sustentação	Unidade	150	46688	21164	R\$ 448,54	R\$ 67.281,00
23	Tenda com montagem, em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 10m x 10m cada, composta de calhas laterais, inteiriça reforçada para captação e escoamento de água. Altura de 3,0 metros em seus pés de sustentação	Unidade	75	46689	21164	R\$ 948,98	R\$ 71.173,50
24	Tenda em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura de alumínio treliça Q30, medindo 10m x 10m cada, composta de calhas laterais, inteiriça reforçada para captação e escoamento de água. Altura de 3,00 metros em seus pés de sustentação com piso em madeira e carpete.	Unidade	10	46690	21164	R\$ 2.363,58	R\$ 23.635,80

25	Tenda em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura de alumínio treliça Q30, medindo 10m x 10m cada, composta de calhas laterais, inteiriça reforçada para captação e escoamento de água. Altura de 3,00 metros em seus pés de sustentação com piso em madeira, carpete e revestimento em malha tensionada na parte superior.	Unidade	8	46691	21164	R\$ 4751,28	R\$ 38.010,24
26	Praticável de 2m x 1m, em alumínio estrutural com tampo, compensado naval, material antiderrapante e capacidade de carga de 300kg/m². Pés telescópicos com regulagem de altura em milímetros para corrigir eventuais desníveis no piso, com altura máxima de 1,60m (PLACA).	Unidade	100	37877	24376	R\$ 62,50	R\$ 6.250,00
27	Treliças de Alumínio D25 (metro linear)	Unidade	250	37878	2224	R\$ 26,83	R\$ 6.707,50
28	Treliças de Alumínio Q30 (metro linear)	Unidade	250	37879	2224	R\$ 41,33	R\$ 10.332,50
29	Treliças de Alumínio P50 (metro linear)	Unidade	125	37880	2224	R\$ 41,58	R\$ 5.197,50
30	Gerador de energia profissional de 80kva, cabinado e silenciado com sistema de aterramento e cabeamento completo e abastecido para uso de no mínimo 08h ininterruptas com operador técnico.	Unidade	12	31938	PDM 19193 (631578)	R\$ 1.118,00	R\$ 13.416,00
	Gerador de energia profissional de						

31	180kva, cabinado e silenciado com sistema de aterramento e cabeamento completo e abastecido para uso de no mínimo 08h ininterruptas com operador técnico.	Unidade	12	31934	PDM 19193 (459282)	R\$ 1.061,94	R\$ 12.743,28
32	Gerador de energia profissional de 225kva, cabinado e silenciado com sistema de aterramento e cabeamento completo e abastecido para uso de no mínimo 08h ininterruptas com operador técnico.	Unidade	12	37881	PDM 19193 (634153)	R\$ 1.581,71	R\$ 18.980,52
33	Cerimonialista	Diária	12	34807	12955	R\$ 1.736,92	R\$ 20.843,04
34	Fotografo (disponibilizar no mínimo 200 fotos em mídia CD/DVD)	Diária	12	37882	6050	R\$ 382,33	R\$ 4.587,96
35	Cinegrafista (disponibilizar no mínimo 2hrs de filmagem já editada em mídia de DVD)	Diária	12	37883	3778	R\$ 493,91	R\$ 5.926,92
36	Serviços de gravação de áudio de palestras/reuniões e disponibilização do mesmo em mídia de CD/DVD	Diária	8	37884	3778	R\$ 2.755,89	R\$ 22.047,12
37	Serviços transmissão de imagem de forma Simultânea para espaços abertos e/ou fechados.	Diária	8	37885	3778	R\$ 3.870,19	R\$ 30.961,52
38	Climatizador Evaporativo com vazão de 25.000 m³/hora.	Unidade	75	46697	20818	R\$ 359,50	R\$ 26.962,50
39	Arranjos de flores	Unidade	80	43384	635026	R\$ 170,00	R\$ 13.600,00
40	Locação de mesas	Unidade	1.050	46698	20460	R\$ 6,18	R\$ 6.489,00
41	Locação de cadeiras plásticas sem braço	Unidade	5.000	46699	287945	R\$ 4,78	R\$ 23.900,00



42	Locação de capa para cadeira plástica	Unidade	1.000	46700	25240	R\$ 5,52	R\$ 5.520,00
43	Locação de toalha para mesas	Unidade	1.050	46701	22209	R\$ 9,02	R\$ 9.471,00
44	Locação de cortina voal	Unidade	12	46702	630800	R\$ 99,80	R\$ 1197,60
45	Locação de imóveis para eventos/seminários	Diária	10	46703	4316	R\$ 1.966,67	R\$ 19.666,70
46	Locação de cadeiras acrílicas (TIFANY)	Unidade	150	46704	287945	R\$ 26,36	R\$ 3.954,00
47	Locação de estrutura para Backdrop (Espaço para fotos)	Unidade	10	46705	478953	R\$ 756,33	R\$ 7.563,30
48	Locação de passareira	Unidade	12	46706	445141	R\$ 59,00	R\$ 708,00
49	Serviços de eletricista	Diária	30	46707	14354	R\$ 149,28	R\$ 4.478,40
50	Locação de púlpito	Unidade	10	46708	617968	R\$ 170,79	R\$ 1.707,90
51	Locação de banheiro químico STANDART	Unidade	40	46709	17612	R\$ 179,73	R\$ 7.189,20
52	Locação de banheiro químico PNE	Unidade	15	46710	17612	R\$ 333,00	R\$ 4.995,00
53	Locação de sofá módulo 3 lugares	Unidade	10	46711	632909	R\$ 346,28	R\$ 3.462,80
54	Locação de Freezer	Diária	20	504445	630151	R\$ 354,72	R\$ 7.094,40
55	Serviços de social mídia	Diária	10	46712	CATSER 22870	R\$ 913,33	R\$ 9.133,30
56	Prestação de serviços de decoração	Unidade	15	46713	CATSER 17019	R\$ 2.702,07	R\$ 40.531,05
57	Serviço de Garçom	Diária	40	47567	CATSER 14397	R\$ 242,67	R\$ 9.706,80
58	Serviço de interprete de LIBRAS	Diária	200	50446	CATSER 12637	R\$ 159,97	R\$ 31.994,00
59	Serviços de faxineiro	Diária	50	50447	CATSER 25194	R\$ 260,00	R\$ 13.000,00
R\$ 1.167.243,54							

Considerando que o objeto da contratação envolve a locação de bens móveis e a prestação de serviços operacionais de natureza temporária, não será exigida garantia contratual após o término do período de

vigência do contrato.

Entretanto, a empresa contratada deverá assegurar o pleno funcionamento e a operabilidade dos equipamentos durante todo o período de uso, responsabilizando-se pela substituição imediata, sem custos adicionais para a Administração, de quaisquer itens que apresentem falhas, defeitos ou desempenho inadequado.

Essa responsabilidade inclui a manutenção corretiva emergencial, a troca de equipamentos e, quando aplicável, a substituição de profissionais técnicos, garantindo a continuidade dos serviços e a qualidade na execução dos eventos institucionais.

A contratação deverá ainda observar as normas ambientais vigentes e critérios de sustentabilidade, quando aplicáveis.

Tal exigência visa assegurar o cumprimento dos princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e do interesse público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas.

## 2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir suporte técnico, operacional e estrutural à realização de eventos institucionais, sociais, formativos, comunitários e administrativos promovidos pela SEMCASPI, os quais demandam, de forma recorrente, a disponibilização de estruturas temporárias, sonorização, iluminação, tendas, painéis, mobiliário, geradores e demais insumos indispensáveis à adequada execução das atividades públicas.

A ampliação da demanda decorre do **levantamento atualizado das necessidades de todas as gerências vinculadas à SEMCASPI**, inclusive no âmbito das **Políticas Integradas** e do **SUAS**, o que motivou o acréscimo de itens e a revisão do planejamento inicial, conforme consignado em despacho específico juntado aos autos.

A adoção da contratação sob demanda mostra-se mais eficiente, econômica e aderente ao interesse público do que a aquisição isolada ou a manutenção de estrutura própria permanente, tendo em vista a variabilidade dos eventos, a natureza temporária da utilização dos bens e serviços e a necessidade de pronta mobilização conforme calendário administrativo e socioassistencial da Secretaria.

Conforme demonstrado no **Estudo Técnico Preliminar - ETP**, a contratação abrange a locação de equipamentos e a prestação de serviços operacionais temporários, como montagem, desmontagem, sonorização, iluminação, geração de energia, instalação de banheiros químicos, segurança, limpeza, apoio logístico e recursos de acessibilidade, garantindo a realização dos eventos com qualidade e segurança.

Considerando a complexidade técnica e o volume das demandas, a adoção do pregão eletrônico, nos termos do art. 17, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, assegura ampla concorrência, economicidade e eficiência na seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A terceirização do suporte técnico, com fornecimento de mão de obra especializada e equipamentos adequados, permite maior agilidade na execução das atividades, ao mesmo tempo em que possibilita à SEMCASPI concentrar seus recursos na execução das políticas públicas de sua competência.

A contratação está alinhada às metas institucionais da Secretaria e às necessidades sociais da população, conforme detalhado no **Documento de Formalização da Demanda - DFD atualizado** e será objeto de monitoramento contínuo para assegurar a qualidade e efetividade dos serviços prestados.

## 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

O objeto do presente Termo de Referência enquadra-se como **serviço comum**, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da **Lei nº 14.133/2021**, por tratar-se de serviço usual no mercado, cujas características e especificações podem ser **objetivamente definidas** com base em padrões técnicos e de desempenho amplamente conhecidos.

Essa classificação foi confirmada por meio do **Estudo Técnico Preliminar - ETP**, que identificou se tratar de **serviços padronizáveis, de baixa complexidade técnica e ampla oferta no mercado**, o que viabiliza a seleção da proposta mais vantajosa com base no critério de **menor preço**, conforme os princípios da **economicidade, eficiência e competitividade**.

A contratação tem por objeto a **locação de infraestrutura e a organização de eventos institucionais, culturais e sociais**, com fornecimento de **equipamentos e mão de obra técnica especializada**, conforme as demandas da **Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI**.

Nos termos da legislação vigente, e considerando os conceitos de bens e serviços comuns previstos tanto na **Lei**

**nº 10.520/2002** quanto na **Lei nº 14.133/2021**, a presente contratação será realizada por **pregão eletrônico**, com fundamento no art. 17, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e no **Decreto nº 10.024/2019**, em razão da viabilidade de descrição objetiva do objeto e da possibilidade de definição clara dos critérios de julgamento.

As especificações técnicas e os quantitativos estimados foram definidos com base na **Formalização da Demanda - DFD** , conforme detalhamento na tabela a seguir.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Código do bem/serviço (E-Governe)	Código do bem/serviço (CATMAT)	Valor Unitário	Valor estimado total
1	Iluminação de Pequeno Porte, com 12 refletores par led 3w, 04 movings heads beam 200 5R, 01 máquina de fumaça 1500w profissional, 01 mesa de iluminação compatível com essa quantidade de equipamentos e 01 operador técnico profissional.	Unidade	10	37856	13757	R\$ 895,83	R\$ 8.958,30
2	Iluminação de Médio Porte, com 12 refletores de alumínio com lâmpadas para (foco 01 e 05) de 1000w, 24 refletores par led 3w, 08 movings heads beam 200 5R, 02 máquina de fumaça 1500w profissional, 02 mini brutes de 04 lampadas, 01 mesa de iluminação compatível com essa quantidade de equipamentos e 01 operador técnico profissional.	Unidade	10	33077	13757	R\$ 1.333,33	R\$ 13.333,30
	Iluminação de Grande Porte, com 24 refletores de alumínio com lâmpadas para (foco 01 e 05) de 1000w, 48 refletores par led 3w, 12 movings heads beam 200 5R, 02 canhoes seguidores, 02					R\$	R\$

3	máquina de fumaça 3000w profissional, 04 mini brutes de 06 lâmpadas, 01 mesa de iluminação compatível com essa quantidade de equipamentos e 01 operador técnico profissional.	Unidade	5	14143	13757	2.063,33	10.316,65
4	Grades de isolamento em ferro galvanizado, medindo (3 x 1,30m de altura, metro linear)	Metro	500	37045	PDM - 132217	R\$ 30,41	R\$ 15.205,00
5	Par Led RGBW 3W	Unidade	60	46686	13757	R\$ 29,17	R\$ 1.750,20
6	Movings Heads Beam 200 5R	Unidade	18	37858	13757	R\$ 147,81	R\$ 2.660,58
7	Canhão Seguidor 15R	Unidade	12	37859	13757	R\$ 188,97	R\$ 2.267,64
8	Set Light 1000W	Unidade	30	37860	453345	R\$ 54,00	R\$ 1620,00
9	Painel de Led indoor/outdoor de pixel 10mm medindo 5x2m.	Unidade	8	36812	13757	R\$ 1.282,27	R\$ 10.258,16
10	Painel de Led indoor/outdoor de pixel 6mm medindo 5x2m.	Unidade	8	37861	13757	R\$ 1.282,27	R\$ 10.258,16
11	Sonorização de Pequeno Porte com 04 caixas acústicas, amplificação compatível, 01 mesa digital de 16 canais, 01 processador de sistemas digitais, 02 retornos para voz, 04 microfones sendo 02 sem fio e 01 operador técnico profissional.	Unidade	18	37862	12556	R\$ 1.799,92	R\$ 32.398,56
	Sonorização de Médio Porte com 16 caixas acústicas sendo 08 caixas de subgraves e 08 caixas de medias altas, amplificação compatível, 02 mesas digitais de 32 canais com 08 auxiliares, 02 processador de						

12	sistemas digitais com 02 canais de entrada e 06 de saída, 01 side fill duplo e estéreo, 04 retornos para voz, 01 retorno para baixo e 01 retorno para guitarra, 01 retorno para bateria, 01 retorno para teclado, 01 kit de microfones para bateria, 01 bateria completa com bumbo 20 ou 22", 24 microfones para voz e equipamentos, 24 pedestais girafas, 02 microfones sem fio para locução, 08 directs box, 02 pontos de comunicação entre as mesas, acessórios para todo o sistemas e 02 operadores técnicos profissionais.	Unidade	18	37863	12556	R\$ 3.236,67	R\$ 58.260,06
13	Sonorização de Grande Porte com 32 caixas acústicas sendo 16 caixas de subgraves e 16 caixas de medias altas, amplificação compatível, 02 mesas digitais de 48 canais com 16 auxiliares, 02 processador de sistemas digitais com 02 canais de entrada e 06 de saída, 01 side fill duplo e estéreo, 08 retornos para voz, 01 retorno para baixo e 02 retornos para guitarra, 01 retorno para bateria, 01 retorno para teclado, 01 kit de microfones para bateria, 01 bateria completa com bumbo 20 ou 22", 46 microfones para voz e equipamentos, 46 pedestais girafas, 02 microfones sem fio para locução, 16 directs box, 01 sistema 02 pontos de comunicação entre as mesas,	Unidade	10	14145	12556	R\$ 6.646,64	R\$ 66.466,40

	acessórios para todo o sistemas e 02 operadores técnicos profissionais.						
14	Palco de Pequeno Porte em treliças de alumínio P30 com cobertura em lona anti chama medindo 06 metros de frente, 06 metros de fundo, 05 metros de altura (piso + teto), 01 metro de altura (chão + piso), com escada de acesso e fechado no fundo e laterais.	Unidade	18	37864	24376	R\$ 2.683,00	R\$ 48.294,00
15	Palco de Médio Porte em treliças de alumínio P30 com cobertura em lona anti chama medindo 10 metros de frente, 08 metros de fundo, 06 metros de altura (piso + teto), 1,50 metros de altura (chão + piso), com escada de acesso e fechado no fundo e laterais.	Unidade	18	37865	24376	R\$ 4.357,32	R\$ 78.431,76
16	Palco de Grande Porte em treliças de alumínio P30 e P50 com cobertura em lona anti chama medindo 12 metros de frente, 08 metros de fundo, 07 metros de altura (piso + teto), 1,70 metros de altura (chão + piso), com escada de acesso e fechado no fundo e laterais.	Unidade	10	37866	24376	R\$ 5.663,96	R\$ 56.639,60
17	Palco (tablado), medindo 4,40m x 3,20m x 0,50 m com piso feito em compensado de madeira naval, com carpete de 1º uso, revestido com cantoneiras de ferro, com escada e rampa de acesso.	Unidade	18	37867	24376	R\$ 696,46	R\$ 12.536,28
	Palco (tablado) medindo 8m x 8m x 0,50m com piso						

18	feito em compensado de madeira naval, com carpete de 1º uso, revestido com cantoneiras de ferro com escada e rampa de acesso.	Unidade	12	46687	24376	R\$ 2.333,33	R\$ 27.999,96
19	Stand especial medindo 4x3x2,20m, com material em perfis de alumínio octanorme, com ar-condicionado, paredes em ts ou vidro, instalação elétrica completa incluindo iluminação artificial interna, tomadas, testeiras para logomarcas piso em estrutura metálica com carpete de 1º uso, paisagismo com plantas ornamentais.	Unidade	18	37869	13099	R\$ 1.566,67	R\$ 28.200,06
20	Stand especial medindo 3x3x2,20m, com material em perfis de alumínio octanorme, sem ar-condicionado, paredes em ts, instalação elétrica completa incluindo iluminação artificial interna, tomadas, testeiras para logomarcas piso em estrutura metálica com carpete de 1º uso, paisagismo com plantas ornamentais.	Unidade	18	37870	13099	R\$ 610,64	R\$ 10.991,52
21	Tenda com montagem, em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 4m x 4m cada, composta de calhas laterais, inteiriça reforçada para captação e escoamento de água. Altura de 2,50 metros em seus pés de sustentação.	Unidade	200	37044	21164	R\$ 299,89	R\$ 59.978,00
	Tenda com montagem, em						



22	lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 6m x 6m cada, composta de calhas laterais, inteiriça reforçada para captação e escoamento de água. Altura de 2,50 metros em seus pés de sustentação	Unidade	150	46688	21164	R\$ 448,54	R\$ 67.281,00
23	Tenda com montagem, em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura metálica, medindo 10m x 10m cada, composta de calhas laterais, inteiriça reforçada para captação e escoamento de água. Altura de 3,0 metros em seus pés de sustentação	Unidade	75	46689	21164	R\$ 948,98	R\$ 71.173,50
24	Tenda em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura de alumínio treliça Q30, medindo 10m x 10m cada, composta de calhas laterais, inteiriça reforçada para captação e escoamento de água. Altura de 3,00 metros em seus pés de sustentação com piso em madeira e carpete.	Unidade	10	46690	21164	R\$ 2.363,58	R\$ 23.635,80
25	Tenda em lona branca no estilo piramidal com base em estrutura de alumínio treliça Q30, medindo 10m x 10m cada, composta de calhas laterais, inteiriça reforçada para captação e escoamento de água. Altura de 3,00 metros em seus pés de sustentação com piso em madeira, carpete e revestimento em malha tensionada na parte superior.	Unidade	8	46691	21164	R\$ 4751,28	R\$ 38.010,24

26	Praticável de 2m x 1m, em alumínio estrutural com tampo, compensado naval, material antiderrapante e capacidade de carga de 300kg/m². Pés telescópicos com regulagem de altura em milímetros para corrigir eventuais desníveis no piso, com altura máxima de 1,60m (PLACA).	Unidade	100	37877	24376	R\$ 62,50	R\$ 6.250,00
27	Treliças de Alumínio D25 (metro linear)	Unidade	250	37878	2224	R\$ 26,83	R\$ 6.707,50
28	Treliças de Alumínio Q30 (metro linear)	Unidade	250	37879	2224	R\$ 41,33	R\$ 10.332,50
29	Treliças de Alumínio P50 (metro linear)	Unidade	125	37880	2224	R\$ 41,58	R\$ 5.197,50
30	Gerador de energia profissional de 80kva, cabinado e silenciado com sistema de aterramento e cabeamento completo e abastecido para uso de no mínimo 08h ininterruptas com operador técnico.	Unidade	12	31938	PDM 19193 (631578)	R\$ 1.118,00	R\$ 13.416,00
31	Gerador de energia profissional de 180kva, cabinado e silenciado com sistema de aterramento e cabeamento completo e abastecido para uso de no mínimo 08h ininterruptas com operador técnico.	Unidade	12	31934	PDM 19193 (459282)	R\$ 1.061,94	R\$ 12.743,28
32	Gerador de energia profissional de 225kva, cabinado e silenciado com sistema de aterramento e cabeamento completo e abastecido para	Unidade	12	37881	PDM 19193 (634153)	R\$ 1.581,71	R\$ 18.980,52

	uso de no mínimo 08h ininterruptas com operador técnico.						
33	Cerimonialista	Diária	12	34807	12955	R\$ 1.736,92	R\$ 20.843,04
34	Fotografo (disponibilizar no mínimo 200 fotos em mídia CD/DVD)	Diária	12	37882	6050	R\$ 382,33	R\$ 4.587,96
35	Cinegrafista (disponibilizar no mínimo 2hrs de filmagem já editada em mídia de DVD)	Diária	12	37883	3778	R\$ 493,91	R\$ 5.926,92
36	Serviços de gravação de áudio de palestras/reuniões e disponibilização do mesmo em mídia de CD/DVD	Diária	8	37884	3778	R\$ 2.755,89	R\$ 22.047,12
37	Serviços transmissão de imagem de forma Simultânea para espaços abertos e/ou fechados.	Diária	8	37885	3778	R\$ 3.870,19	R\$ 30.961,52
38	Climatizador Evaporativo com vazão de 25.000 m³/hora.	Unidade	75	46697	20818	R\$ 359,50	R\$ 26.962,50
39	Arranjos de flores	Unidade	80	43384	635026	R\$ 170,00	R\$ 13.600,00
40	Locação de mesas	Unidade	1.050	46698	20460	R\$ 6,18	R\$ 6.489,00
41	Locação de cadeiras plásticas sem braço	Unidade	5.000	46699	287945	R\$ 4,78	R\$ 23.900,00
42	Locação de capa para cadeira plástica	Unidade	1.000	46700	25240	R\$ 5,52	R\$ 5.520,00
43	Locação de toalha para mesas	Unidade	1.050	46701	22209	R\$ 9,02	R\$ 9.471,00
44	Locação de cortina voal	Unidade	12	46702	630800	R\$ 99,80	R\$ 1197,60
45	Locação de imóveis para eventos/seminários	Diária	10	46703	4316	R\$ 1.966,67	R\$ 19.666,70
46	Locação de cadeiras acrílicas (TIFANY)	Unidade	150	46704	287945	R\$ 26,36	R\$ 3.954,00
47	Locação de estrutura para Backdrop (Espaço para fotos)	Unidade	10	46705	478953	R\$ 756,33	R\$ 7.563,30

48	Locação de passadeira	Unidade	12	46706	445141	R\$ 59,00	R\$ 708,00
49	Serviços de eletricista	Diária	30	46707	14354	R\$ 149,28	R\$ 4.478,40
50	Locação de púlpito	Unidade	10	46708	617968	R\$ 170,79	R\$ 1.707,90
51	Locação de banheiro químico STANDART	Unidade	40	46709	17612	R\$ 179,73	R\$ 7.189,20
52	Locação de banheiro químico PNE	Unidade	15	46710	17612	R\$ 333,00	R\$ 4.995,00
53	Locação de sofá módulo 3 lugares	Unidade	10	46711	632909	R\$ 346,28	R\$ 3.462,80
54	Locação de Freezer	Diária	20	504445	630151	R\$ 354,72	R\$ 7.094,40
55	Serviços de social mídia	Diária	10	46712	CATSER 22870	R\$ 913,33	R\$ 9.133,30
56	Prestação de serviços de decoração	Unidade	15	46713	CATSER 17019	R\$ 2.702,07	R\$ 40.531,05
57	Serviço de Garçom	Diária	40	47567	CATSER 14397	R\$ 242,67	R\$ 9.706,80
58	Serviço de interprete de LIBRAS	Diária	200	50446	CATSER 12637	R\$ 159,97	R\$ 31.994,00
59	Serviços de faxineiro	Diária	50	50447	CATSER 25194	R\$ 260,00	R\$ 13.000,00

R\$  
1.167.243,54

#### 4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

Para viabilizar a contratação pretendida, a Administração adotará a modalidade de pregão eletrônico, conforme previsto no art. 17, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto se enquadra como serviço comum, cujas características e especificações podem ser objetivamente mensuradas com base em padrões técnicos e de desempenho amplamente reconhecidos.

A escolha pelo pregão eletrônico fundamenta-se em levantamento prévio de mercado junto a fornecedores especializados, comprovando a economicidade da contratação e a ampla competitividade. Tal fundamento encontra respaldo no **Mapa Comparativo de Preços**, que acompanha este Termo de Referência.

O valor global estimado da contratação é de R\$ 1.167.243,54 (um milhão, cento e sessenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos), conforme o Mapa Comparativo de Preços atualizado, elaborado com base em pesquisa de mercado idônea e suficiente para subsidiar a presente contratação.

Ficam superadas, para todos os fins, as premissas anteriores vinculadas ao planejamento do exercício de 2025, ao quantitativo estimado por evento e aos valores anteriormente consignados, por não mais refletirem a realidade atual da demanda e da instrução processual.

A execução contratual observará a disponibilidade orçamentária e financeira consignada nas dotações indicadas nos autos, bem como a emissão de empenhos e eventuais reforços, nos termos da legislação aplicável e conforme a necessidade da Administração.

O pregão eletrônico possibilita maior agilidade, transparência e eficiência na seleção da proposta mais

vantajosa, atendendo às necessidades específicas da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI, garantindo a qualidade e efetividade dos serviços.

A contratação será formalizada com base no planejamento detalhado da demanda e nos documentos que fundamentam a escolha do fornecedor, assegurando a legalidade e economicidade, em conformidade com os princípios previstos nos arts. 18 a 21 da Lei nº 14.133/2021.

A execução da contratação observará rigorosamente os limites orçamentários previstos para o exercício, conforme dotações devidamente registradas no processo administrativo.

Conforme determina o art. 20 da Lei nº 14.133/2021, foi elaborado Mapa de Gerenciamento de Riscos relacionado à presente contratação, abrangendo as fases de planejamento e seleção do fornecedor. O referido mapa encontra-se juntado ao processo administrativo, visando subsidiar a tomada de decisão e mitigar eventuais riscos à execução contratual.

Foram analisadas detalhadamente todas as modalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 para atendimento desta demanda, com fundamentos específicos que justificam o descarte ou a escolha da modalidade adequada. A dispensa ou inexigibilidade de licitação foram afastadas, pois o mercado apresenta ampla oferta de fornecedores, com preços variados e condições técnicas similares, não configurando situação de exclusividade ou emergência que justifique a dispensa. A inexistência de emergência ou fornecedor exclusivo impede a aplicação dessas modalidades.

O credenciamento foi descartado por se tratar de fornecimento unitário de bens móveis e serviços específicos para eventos, não enquadrando-se em prestação continuada por múltiplos fornecedores, foco dessa modalidade.

A adesão a atas de registro de preços, conhecida como “carona”, foi considerada, mas inviável, uma vez que não existem atas vigentes que atendam às especificações técnicas, volume e condições comerciais adequadas à demanda da SEMCASPI. Ademais, essa alternativa depende da anuência do órgão gerenciador e do fornecedor, comprometendo a celeridade do processo.

A aquisição direta, seja por compra ou locação definitiva, mostrou-se inviável devido às limitações orçamentárias e ao caráter variável e sazonal da demanda, que exige flexibilidade, dificultando a aquisição definitiva ou contratação contínua sem comprometer financeiramente a SEMCASPI.

O processo licitatório presencial ou outras modalidades presenciais com prazos prolongados também foram descartados, considerando a urgência na realização dos eventos e a necessidade de agilidade, sendo o pregão eletrônico a modalidade que melhor atende às necessidades, pois garante ampla competitividade, transparência e rapidez.

Dessa forma, o pregão eletrônico foi escolhido como a modalidade mais adequada para atender à demanda específica da SEMCASPI, equilibrando as exigências de agilidade, economicidade e transparência, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Caso a contratação por meio do pregão eletrônico não fosse possível, a SEMCASPI teria como alternativas a adesão tardia a atas de registro de preços, o que implicaria atrasos significativos, comprometendo a realização dos eventos e prejudicando o atendimento à população; o remanejamento interno de recursos e equipamentos, inviável devido à inexistência de estoque suficiente e à necessidade de manter atividades prioritárias em outras áreas; a aquisição emergencial por dispensa em situação de emergência, modalidade que não se aplica ao caso, uma vez que não há risco iminente à vida ou à segurança pública, conforme estabelecido na legislação; e a contratação por processo licitatório presencial tradicional, que demanda prazos superiores a 30 dias, incompatíveis com o calendário dos eventos da SEMCASPI. Essas alternativas, além de burocráticas, não atenderiam aos critérios de economicidade, agilidade e qualidade necessários, impactando negativamente os serviços prestados à população.

A execução contratual observará a disponibilidade orçamentária e financeira consignada nas dotações indicadas nos autos, bem como a emissão de empenhos e eventuais reforços, nos termos da legislação aplicável e conforme a necessidade da Administração.

A eventual utilização do saldo remanescente ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, à necessidade da Administração e à emissão de reforço de empenho, nos termos do art. 28, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

## 5. AVALIAÇÃO DO CUSTO

O valor global estimado da presente contratação é de **R\$ 1.167.243,54 (um milhão, cento e sessenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos)**, conforme apurado no **Mapa Comparativo de Preços atualizado**, elaborado com base em pesquisa de mercado e registros de preços idôneos, observados os parâmetros de vantajosidade e compatibilidade com os preços praticados no mercado.

A estimativa acima reflete a atualização dos quantitativos e das especificações técnicas do objeto, em consonância com as necessidades consolidadas da SEMCASPI para o exercício de 2026, devendo servir de teto referencial para a análise de exequibilidade e aceitabilidade das propostas.

Ficam superadas, para todos os fins, as premissas anteriores vinculadas ao planejamento do exercício de 2025, ao quantitativo estimado de até quatro eventos e aos valores anteriormente consignados, por não mais refletirem a realidade atual da demanda e da instrução processual.

## 6. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o recebimento dos bens e serviços contratados — referentes à locação de estruturas e equipamentos com fornecimento de mão de obra técnica especializada — ocorrerá em duas etapas: recebimento provisório e definitivo, considerando a natureza comum dos serviços e o atendimento às especificações previstas no Termo de Referência.

a. **Recebimento Provisório:** será realizado imediatamente após a entrega, montagem e início da execução dos serviços, mediante verificação presencial por equipe técnica da Gerência Administrativa da SEMCASPI. Essa verificação tem por objetivo assegurar o cumprimento das especificações contratuais, especialmente quanto à qualidade, segurança, acessibilidade e adequação técnica dos equipamentos e serviços.

b. **Recebimento Definitivo:** ocorrerá no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, desde que seja constatada a execução satisfatória do objeto, formalizada por meio de termo circunstanciado assinado pelos servidores responsáveis designados.

O recebimento definitivo dependerá de manifestação expressa da Administração, mediante termo circunstanciado ou documento equivalente, após verificação da conformidade do objeto com as especificações contratuais, sem prejuízo da apuração de falhas supervenientes eventualmente constatadas.

Será instituída Comissão de Recebimento Definitivo, composta por, no mínimo, 3 (três) servidores efetivos, conforme previsto no art. 73, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

A contratada deverá garantir o pleno funcionamento de todos os serviços e equipamentos durante a execução contratual, responsabilizando-se pela substituição imediata de quaisquer itens que apresentem defeito ou mau funcionamento, sem ônus adicional para a Administração e sem prejuízo à continuidade dos eventos.

O descumprimento das condições pactuadas poderá resultar na recusa do objeto, aplicação das sanções previstas no contrato e, se for o caso, na rescisão contratual, conforme disposto na legislação vigente.

A execução contratual observará a disponibilidade orçamentária e financeira consignada nas dotações indicadas nos autos, bem como a emissão de empenhos e eventuais reforços, nos termos da legislação aplicável e conforme a necessidade da Administração.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada obriga-se a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico e em sua proposta vencedora, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade contratual.

### 7.1.1. Entrega, Montagem, Manutenção e Substituição

7.1.1.1. Realizar a entrega, montagem, desmontagem e retirada das estruturas e equipamentos em perfeitas condições de uso, nos prazos, condições e locais definidos pela Administração, conforme as especificações do Termo de Referência e demais documentos da contratação.

7.1.1.2. Fornecer, quando aplicável, manual do usuário em língua portuguesa, incluindo informações sobre assistência técnica autorizada.

7.1.1.3. Garantir o pleno funcionamento de todos os itens durante a vigência contratual, responsabilizando-se pela substituição imediata de qualquer estrutura ou equipamento defeituoso, sem custo adicional para a Administração e sem prejuízo à execução do objeto.

### 7.1.2. Garantias e Responsabilidades Técnicas

7.1.2.1. Responder, nos termos dos artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), por falhas, vícios ou danos decorrentes dos serviços prestados ou bens fornecidos.

7.1.2.2. Corrigir, substituir, reparar ou refazer os itens defeituosos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da Administração, às suas expensas.

### 7.1.3. Comunicação e Atendimento à Administração

7.1.3.1. Atender prontamente às solicitações da Administração, observando as instruções da equipe de fiscalização do contrato.

7.1.3.2. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa comprometer o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativa formal.

**7.1.3.3.** Manter canal de comunicação direto com a equipe de fiscalização e o gestor do contrato durante toda a vigência contratual.

#### **7.1.4. Condições Contratuais e de Habilitação**

**7.1.4.1.** Manter atualizadas e válidas todas as condições de habilitação exigidas no processo licitatório, inclusive regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, qualificação técnica e capacidade operacional, sob pena de rescisão contratual e aplicação de penalidades.

#### **7.1.5. Subcontratação e Transferência**

**7.1.5.1.** Não transferir, ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto contratual sem autorização expressa e prévia da Administração, conforme previsto na minuta contratual.

#### **7.1.6. Recursos Humanos e Execução**

**7.1.6.1.** Disponibilizar profissionais capacitados, em número suficiente, devidamente uniformizados, identificados e treinados para a execução adequada dos serviços contratados.

**7.1.6.2.** Apresentar, quando solicitado, documentação que comprove a regularidade no cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias relativas aos seus empregados.

**7.1.6.3.** Manter sigilo sobre quaisquer informações obtidas no âmbito da execução do contrato, sendo vedada sua utilização para qualquer outro fim, sob pena de responsabilização legal.

#### **7.1.7. Encargos e Custos**

**7.1.7.1.** Arcar com todos os encargos e custos decorrentes da execução do contrato, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, seguros, transporte, alimentação, diárias, deslocamentos, taxas e demais despesas operacionais.

**7.1.7.2.** Executar os serviços nos prazos, condições, padrões de qualidade e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e na proposta apresentada.

**7.1.7.3.** Responder integralmente por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou representantes.

**7.1.7.4.** Assumir todos os encargos legais relativos à contratação de pessoal, sendo vedada qualquer responsabilização da Administração por vínculo empregatício.

#### **7.1.8. Conservação de Bens Públicos**

**7.1.8.1.** Zelar pela preservação dos bens públicos, materiais e equipamentos disponibilizados pela Administração ou utilizados no local de realização dos eventos, responsabilizando-se por eventuais danos causados.

### **8. TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Será assegurado o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, na forma da legislação aplicável, especialmente no que se refere aos benefícios de regularização fiscal tardia e aos critérios de desempate ficto, quando cabíveis.

Todavia, **não se recomenda a reserva exclusiva do objeto, nem a divisão em cotas para ME/EPP**, tendo em vista que a contratação demanda execução integrada, coordenada e padronizada de múltiplos serviços e estruturas, cuja fragmentação pode comprometer a economicidade, a logística operacional, a responsabilidade por montagem/desmontagem, a compatibilidade técnica entre equipamentos e a eficiência do atendimento às demandas da SEMCASPI. Trata-se, portanto, de contratação cuja execução unificada melhor atende ao interesse público.

### **9. GARANTIA DE PROPOSTA**

**Não será exigida garantia de proposta**, por se tratar de contratação de natureza comum, a ser processada por pregão eletrônico, sem complexidade extraordinária que justifique a imposição de ônus prévio aos licitantes, preservando-se, assim, a competitividade do certame e a ampla participação de interessados.

### **10. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS**

Fica **vedada a participação de empresas reunidas em consórcio**, por não se tratar de contratação de elevada complexidade técnica ou de vulto excepcional que exija a soma extraordinária de capacidades empresariais distintas, sendo o objeto plenamente executável por empresas do ramo que atuem individualmente no mercado. A admissão de consórcios, neste caso, tende a dificultar a gestão contratual e a responsabilização operacional.



**Será admitida a participação de cooperativas**, desde que haja compatibilidade jurídica e material com o objeto licitado e que a cooperativa comprove, na fase de habilitação, a observância da legislação aplicável ao seu regime jurídico e à execução do objeto. A participação de cooperativas ficará condicionada, ainda, ao pleno atendimento das exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica previstas neste Termo de Referência, no edital e na legislação aplicável.

## **11. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação, salvo prazo superior previsto no edital.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**12.1.** A Contratante, representada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas - SEMCASPI, obriga-se a cumprir as seguintes responsabilidades durante a execução contratual, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021:

### **12.1.1. Recebimento e Verificação do Objeto**

**12.1.1.1.** Realizar o recebimento provisório dos bens e serviços contratados, assegurando a disponibilização de local, data e horário adequados para a execução das atividades pela Contratada.

**12.1.1.2.** Proceder à verificação da conformidade dos serviços e equipamentos fornecidos, em até 5 (cinco) dias úteis, observando os requisitos estabelecidos no Termo de Referência, no Edital e na proposta vencedora, para fins de recebimento definitivo.

**12.1.1.3.** Instituir formalmente Comissão de Recebimento Definitivo, composta por, no mínimo, 03 (três) servidores efetivos, conforme determina o art. 73, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor total da contratação ser superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

### **12.1.2. Acompanhamento, Fiscalização e Comunicação**

**12.1.2.1.** Designar formalmente servidor ou equipe técnica responsável pela fiscalização do contrato, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**12.1.2.2.** Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, assegurando o cumprimento das condições contratuais, padrões de qualidade, segurança e acessibilidade.

**12.1.2.3.** Comunicar formalmente à Contratada quaisquer falhas, não conformidades ou irregularidades na prestação dos serviços, exigindo correções imediatas.

**12.1.2.4.** Recusar total ou parcialmente o objeto contratado que estiver em desacordo com o Termo de Referência, o Edital ou a proposta, podendo aplicar sanções administrativas e promover a rescisão do contrato, quando cabível.

### **12.1.3. Pagamento**

**12.1.3.1.** Efetuar o pagamento à Contratada conforme as condições previstas no edital e no contrato, condicionado à:

- a) comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da empresa;
- b) recebimento definitivo do objeto, sem pendências ou ressalvas pela Comissão ou Fiscal do Contrato.

### **12.1.4. Informações e Apoio à Execução**

**12.1.4.1.** Fornecer todas as informações e documentos necessários à adequada execução do objeto contratual, como cronograma dos eventos, planta dos locais e demais requisitos técnicos.

**12.1.4.2.** Assegurar o acesso da Contratada aos locais de realização dos eventos, prestando apoio logístico e operacional, quando necessário.

**12.1.4.3.** Adotar, em conjunto com a Contratada, medidas para garantir a segurança e a acessibilidade nos eventos promovidos.

**12.1.4.4.** Preservar a integridade dos bens e equipamentos da Contratada enquanto sob a guarda da Administração.

### **12.2. Acompanhamento e Fiscalização do Contrato**

A execução do contrato decorrente do Pregão Eletrônico será acompanhada e fiscalizada conforme dispõe o art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

#### **12.2.1. Fiscal do Contrato**

Será designado formalmente um servidor efetivo da SEMCASPI para atuar como Fiscal do Contrato, responsável por:

- Acompanhar e registrar a execução do objeto contratado;

- Comunicar falhas ou irregularidades à Contratada, exigindo correção imediata;
- Emitir relatórios e pareceres técnicos para subsidiar a atuação do Gestor do Contrato.

### **12.2.2. Gestor do Contrato**

Será designado um servidor como Gestor do Contrato, com competência para:

- Tomar decisões relativas à execução do contrato;
- Autorizar o pagamento, após verificação da conformidade do objeto;
- Aplicar sanções administrativas e, se necessário, encaminhar proposta de rescisão contratual à autoridade competente.

### **12.2.3. Publicação e Comunicação**

Os atos de designação do Fiscal e do Gestor do Contrato serão formalizados por meio de portaria e publicados nos meios oficiais, conforme legislação vigente.

A Contratada deverá manter canal permanente de comunicação com os agentes responsáveis pela fiscalização contratual, atendendo prontamente às solicitações, inclusive quanto à entrega de relatórios, documentos e esclarecimentos técnicos.

## **13. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

Em conformidade com o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133/2021, bem como no art. 45 da Lei nº 9.784/1999, a Administração Pública poderá, de forma motivada e sem necessidade de manifestação prévia da contratada, adotar medidas acauteladoras destinadas a prevenir danos ao interesse público, especialmente diante de riscos iminentes de prejuízo de difícil ou incerta reparação, relacionados à execução do contrato firmado no âmbito do Pregão Eletrônico.

Tais providências poderão incluir, entre outras:

- Retenção dos pagamentos devidos à contratada;
- Suspensão temporária da execução contratual, parcial ou total;
- Substituição imediata de itens ou serviços não conformes, às expensas da contratada;
- Convocação de remanescente, caso a continuidade da execução esteja comprometida.

As medidas acauteladoras serão adotadas de forma proporcional ao risco identificado, devidamente justificadas no processo administrativo, observando os princípios da legalidade, razoabilidade, eficiência e continuidade do serviço público.

Estas medidas poderão ser aplicadas, especialmente, nas seguintes hipóteses:

- Inexecução total ou parcial do objeto contratual;
- Entrega de equipamentos ou prestação de serviços em desconformidade com as especificações do Termo de Referência, Edital ou proposta;
- Atrasos injustificados na entrega, montagem ou substituição de itens;
- Vícios ou falhas que comprometam a segurança, acessibilidade, continuidade ou funcionalidade dos serviços;
- Situações emergenciais que ponham em risco o êxito dos eventos institucionais, sociais ou culturais promovidos pela SEMCASPI.

A adoção de medidas acauteladoras não exclui a aplicação das sanções administrativas cabíveis (advertência, multa, suspensão ou impedimento de licitar), conforme previsto na legislação vigente e nas cláusulas contratuais.

Será assegurado à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal e da Lei nº 14.133/2021, podendo as medidas ser reavaliadas ou revogadas a qualquer tempo, conforme a evolução dos fatos e das providências adotadas.

## **14. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

Em razão da natureza técnica do objeto, que envolve montagem e operação de estruturas metálicas, palcos, tendas, treliças, iluminação, sonorização, painéis de LED e instalações elétricas temporárias para eventos institucionais, culturais e sociais, a qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será exigida conforme o **Art. 67 da Lei nº 14.133/2021**.

### **14.1 Apresentação de Profissional e Responsável Técnico**

Conforme o inciso I do Art. 67:

- A licitante deverá indicar **profissional registrado no conselho competente**, responsável técnico (RT), com atestado de responsabilidade técnica (ART), comprovando experiência em execução de serviços de características semelhantes.
- O RT deverá participar diretamente das atividades e será responsável pela coordenação da equipe e emissão das ARTs específicas para cada evento.

#### 14.2 Atestados e Certidões

Conforme o inciso II e §§ 1º a 5º do Art. 67:

- A licitante deverá apresentar **atestados de capacidade técnica**, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem execução de serviços similares ou equivalentes, abrangendo pelo menos 1 das parcelas de maior relevância.
- Os atestados deverão ser **acompanhados de CAT (Certidão de Acervo Técnico)** emitida pelo CREA, quando aplicável.
- Para serviços contínuos, os atestados poderão comprovar experiência em períodos sucessivos, não superior a 3 anos.
- Serão aceitos documentos emitidos por entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução oficial para o português.

#### 14.3 Indicação de Pessoal, Instalações e Aparelhamento

Conforme o inciso III do Art. 67:

- Relação nominal da equipe técnica, com função, qualificação e experiência;
- Comprovação de disponibilidade de equipamentos, instalações e aparelhamento necessários à execução do objeto;
- Profissionais mínimos previstos: operador de som, operador de iluminação, técnico de LED, montadores de estruturas, eletricista NR-10, RT.

#### 14.4 Requisitos Legais e Registros Profissionais

Conforme os incisos IV e V do Art. 67:

- Comprovação de atendimento a requisitos previstos em lei especial, quando aplicável;
- Registro ou inscrição da empresa junto à entidade profissional competente, quando exigido;
- No caso de sociedades estrangeiras, registro no momento da assinatura do contrato.

#### 14.5 Declaração de Conhecimento das Condições

Conforme o inciso VI do Art. 67:

- A licitante deverá declarar que **tomou conhecimento de todas as informações e condições locais** para o cumprimento das obrigações do contrato.

#### 14.6 Normas Técnicas e Segurança

- Observância às normas NR-10, NR-18 e NR-35;
- A não conformidade com normas técnicas e de segurança acarretará notificação e aplicação de sanções previstas em contrato.

### 15. PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA PARA FINS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de demonstração da capacidade técnico-operacional da futura contratada, consideram-se parcelas de maior relevância do objeto aquelas relacionadas à execução integrada de serviços essenciais à operacionalização dos eventos, especialmente: **sonorização de médio e grande porte, iluminação de médio e grande porte, montagem de palco/estruturas, instalação de tendas e cobertura, painéis de LED, geradores de energia**, bem como a disponibilização de **mão de obra técnica especializada** para operação dos equipamentos.

A comprovação poderá ser exigida mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando experiência prévia compatível, em características e complexidade, com as parcelas acima descritas.

### 16. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

As propostas serão julgadas pelo critério de menor preço global por lote único, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, quantitativos, unidades de fornecimento e exigências constantes deste Termo de Referência e do Mapa Comparativo de Preços atualizado.

Serão consideradas inaceitáveis as propostas que:

- a) apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- b) superem os valores unitários ou globais estimados pela Administração, quando expressamente fixados como máximos aceitáveis;
- c) deixem de observar as especificações técnicas mínimas do objeto;
- d) apresentem divergência entre descrição do item ofertado e descrição exigida no Termo de Referência;
- e) contenham vícios que comprometam a execução contratual ou a comparabilidade objetiva entre os licitantes.

A aceitabilidade da proposta não se confunde com o recebimento do objeto, o qual seguirá os procedimentos de recebimento provisório e definitivo previstos neste Termo de Referência.

## 17. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Para fins de qualificação econômico-financeira, a licitante deverá comprovar situação financeira apta à execução do objeto, mediante apresentação dos documentos exigidos no edital, inclusive **certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial**, quando cabível, e demais demonstrativos contábeis exigíveis na forma da legislação e do instrumento convocatório.

Poderá o edital prever a exigência de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, bem como índices contábeis usualmente aceitos pela Administração, desde que tais exigências guardem pertinência e proporcionalidade com o objeto licitado.

## 18. CONTROLE DA EXECUÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será realizada por representante formalmente designado pela Administração, conforme previsto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com a função de acompanhar, controlar e atestar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada durante toda a vigência contratual.

O fiscal do contrato terá as seguintes responsabilidades:

- Esclarecer dúvidas técnicas durante a execução;
- Registrar ocorrências relevantes;
- Manter a Administração informada sobre qualquer irregularidade;
- Solicitar providências corretivas à contratada, quando necessário;
- Emitir parecer técnico para subsidiar a atuação do gestor do contrato.

É imprescindível que o fiscal possua experiência técnica compatível com o objeto contratado, a fim de assegurar o acompanhamento eficaz dos serviços prestados e dos bens locados, especialmente no que se refere à qualidade, segurança, acessibilidade e conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta vencedora do Pregão Eletrônico.

A fiscalização exercida pela Administração não exime a contratada de sua responsabilidade integral, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, vícios, defeitos técnicos ou uso de materiais em desacordo com o exigido. A contratada permanecerá exclusivamente responsável pela adequada execução do contrato, nos termos do art. 116, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

O fiscal deverá manter registros detalhados, atualizados e organizados de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, incluindo:

- Datas e descrição dos fatos relevantes;
- Identificação dos envolvidos (quando aplicável);
- Providências adotadas pela contratada ou recomendadas pelo fiscal.

Esses registros comporão o histórico do contrato e serão encaminhados ao gestor do contrato e à autoridade competente, subsidiando a tomada de decisões, a aplicação de eventuais sanções e outras medidas administrativas cabíveis, assegurando a transparência, legalidade e efetividade do controle da execução contratual.

## 19. VISITA TÉCNICA

**Não será exigida visita técnica obrigatória**, tendo em vista que o objeto possui especificações suficientes

neste Termo de Referência e no respectivo mapa de preços, de modo a permitir a formulação das propostas sem a necessidade de inspeção prévia, preservando-se a competitividade do certame.

Caso a Administração entenda conveniente, poderá facultar aos interessados visita técnica meramente opcional, sem que sua realização constitua condição de habilitação.

## **20. GARANTIA CONTRATUAL**

**Não será exigida garantia contratual**, considerando a natureza do objeto, a execução sob demanda e o fato de se tratar de prestação de serviços temporários e locação de estruturas e equipamentos para eventos, sem prejuízo da integral responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança, funcionamento e substituição imediata dos itens que apresentarem falhas, defeitos ou inadequações durante a execução.

A ausência de exigência de garantia contratual não afasta a aplicação das penalidades administrativas, das sanções legais e da responsabilização da contratada por eventuais danos decorrentes da má execução contratual.

## **21. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

Os serviços objeto da presente contratação serão executados nos locais indicados pela CONTRATANTE, mediante ordem de serviço, solicitação formal ou instrumento equivalente, observadas as necessidades específicas de cada evento. Os locais poderão compreender unidades administrativas vinculadas à SEMCASPI, equipamentos públicos, espaços institucionais, áreas abertas, ambientes fechados e, quando necessário, espaços públicos ou privados situados no Município de Teresina/PI, previamente definidos pela Administração conforme a natureza, o porte e a finalidade do evento.

Todas as despesas relacionadas ao deslocamento, transporte, montagem, instalação, operação, desmontagem e retirada dos equipamentos e estruturas correrão por conta da CONTRATADA, sem ônus adicional para a Administração..

## **22. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As infrações e sanções administrativas aplicáveis à contratada, durante a fase licitatória e a execução do contrato, obedecerão às disposições previstas no Edital do Pregão Eletrônico, na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, em outras normas pertinentes.

Constituem infrações administrativas, sem prejuízo de outras previstas em lei ou regulamento:

- O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas;
- A execução de serviços ou fornecimento de bens em desacordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital ou proposta;
- A não substituição imediata de itens ou equipamentos defeituosos;
- A inobservância dos prazos contratuais para entrega, manutenção ou prestação dos serviços;
- A conduta que comprometa a execução do objeto ou cause prejuízo à Administração Pública.

Conforme a gravidade da infração e os prejuízos dela decorrentes, poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

- Advertência, por escrito;
- Multa, conforme previsto no contrato e no edital;
- Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 3 (três) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer ente federativo, nos termos do art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

A aplicação de quaisquer sanções será precedida de regular processo administrativo, assegurando-se à contratada o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do art. 158 da mesma lei.

Além das sanções administrativas, poderão ser adotadas medidas acauteladoras, tais como a retenção de pagamentos, sempre de forma motivada e proporcional ao risco identificado, visando a salvaguarda do interesse público.

## **23. SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE**

A execução do objeto contratado deverá observar práticas ambientalmente sustentáveis, em consonância com as políticas públicas de proteção ambiental e a responsabilidade socioambiental da Administração Pública, conforme as diretrizes estabelecidas no art. 25, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

Nesse sentido, a contratada deverá:

### 23.1. Gestão de Resíduos

- Implantar ações de redução, reutilização e reciclagem dos materiais utilizados nos eventos;
- Garantir a destinação adequada dos resíduos sólidos, em conformidade com a legislação ambiental vigente, especialmente com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

### 23.2. Uso Consciente de Recursos

- Promover o uso racional de água, energia elétrica e demais insumos necessários à execução do contrato, evitando desperdícios e adotando práticas de eficiência energética e hídrica.

### 23.3. Materiais e Equipamentos Sustentáveis

- Priorizar o uso de materiais recicláveis, biodegradáveis ou de menor impacto ambiental;
- Utilizar, sempre que possível, equipamentos com selo de eficiência energética, de baixo consumo ou fabricados por empresas com certificações ambientais reconhecidas.

### 23.4. Acessibilidade e Preservação Ambiental

- Respeitar e preservar os espaços físicos utilizados para a realização dos eventos, especialmente em áreas públicas ou ambientalmente sensíveis;
- Garantir a não degradação da vegetação local, do solo e dos recursos naturais presentes nos locais de execução do objeto.

### 23.5. Conscientização e Educação Ambiental

- Desenvolver ações de conscientização junto aos colaboradores e ao público presente nos eventos, incentivando o uso responsável dos recursos naturais e o respeito ao meio ambiente.

O descumprimento dessas obrigações ambientais poderá configurar infração contratual, sujeitando a contratada às sanções previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável.

## 24. PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser **prorrogado por igual período**, mediante manifestação de interesse da Administração, disponibilidade orçamentária no exercício correspondente e observância das condições legais previstas no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

As entregas e a execução dos serviços deverão ocorrer em até **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da solicitação formal da **Secretaria Municipal de Assistência Social, Cidadania e Políticas Integradas - SEMCASPI**, conforme cronograma logístico previamente definido e aprovado pela Administração.

Em caso de necessidade de antecipação, adiamento ou alteração do cronograma, a Contratada deverá ser comunicada formalmente com antecedência mínima de **48 (quarenta e oito) horas**, excetuando-se as situações de **força maior**, devidamente comprovadas.

Qualquer prorrogação do prazo contratual será formalizada por meio de **termo aditivo**, observando-se as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e na legislação vigente.

**O valor global do contrato deverá respeitar o limite orçamentário disponível na ficha correspondente, no montante de até R\$ 1.167.243,54 (um milhão, cento e sessenta e sete mil, duzentos e quarenta e três reais e cinquenta e quatro centavos).**

## 25. FONTES DE RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da contratação correrá à conta de dotações orçamentárias do exercício de **2026**, conforme **Informação de Disponibilidade Orçamentária** constante dos autos, com indicação expressa das fichas, ações, fontes e elemento de despesa predominante, nos seguintes termos: ficha **774**, ação **2.622**, elemento **3.3.90.39**, fonte **1500**, saldo de **R\$ 209.347,20**; ficha **837**, ação **4.142**, elemento **3.3.90.39**, fonte **1500**, saldo de **R\$ 40.000,00**; ficha **591**, ação **2.054**, elemento **3.3.90.39**, fonte **1660**, saldo de **R\$ 1.126.574,84**; e ficha **463**, ação **2.607**, elemento **3.3.90.39**, fonte **1661**, saldo de **R\$ 410.000,00**.

O elemento de despesa predominante é **3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica**, compatível com a natureza do objeto contratado.

Constam, ainda, nos autos, pré-empenhos emitidos para suporte à contratação, nos valores de **R\$ 60.000,00** na ficha **774**, **R\$ 40.000,00** na ficha **837**, **R\$ 200.000,00** na ficha **591** e **R\$ 200.000,00** na ficha **463**, todos

vinculados ao mesmo objeto contratual.

A execução financeira observará a disponibilidade orçamentária e financeira vigente, podendo a emissão de empenhos ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade administrativa e o cronograma de execução dos eventos.

## 26. GESTÃO DE RISCOS

Em atendimento ao disposto no art. 20 da **Lei nº 14.133/2021**, foi elaborado o **Mapa de Gerenciamento de Riscos - SC-SEMCASPI**, que se encontra anexado ao respectivo processo administrativo, com foco nas fases de **Planejamento da Contratação** e **Seleção do Fornecedor**.

O referido documento visa garantir a **realização eficiente, segura e com qualidade** dos eventos institucionais, culturais e sociais promovidos pela SEMCASPI, por meio da **identificação, análise e definição de estratégias de tratamento** para os principais riscos que possam comprometer a efetividade da contratação e a entrega do objeto.

### 26.1. Principais Riscos Mapeados

Foram identificados e avaliados riscos relacionados a:

- **Atrasos no processo de contratação**, comprometendo o cronograma dos eventos;
- **Indisponibilidade de equipamentos** ou infraestrutura no momento da execução;
- **Ausência ou substituição indevida de mão de obra técnica especializada**, impactando negativamente a operação dos serviços contratados;
- **Condições climáticas adversas**, que podem prejudicar a montagem, a estabilidade e a segurança de estruturas temporárias (tendas, palcos, treliças etc.);
- **Impedimentos financeiros ou orçamentários**, dificultando a execução regular do contrato;
- **Impugnações e recursos administrativos**, que podem paralisar ou atrasar etapas do processo licitatório;
- **Atrasos ou inexecução contratual**, comprometendo diretamente a qualidade e a segurança dos eventos realizados.

### 26.2. Estratégias de Mitigação e Ações Preventivas

As ações de mitigação e contingência previstas no Mapa incluem, mas não se limitam a:

- Planejamento detalhado com base em **eventos anteriores e melhores práticas**;
- Adoção de **checklists e cronogramas realistas** e previamente aprovados;
- Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos, com garantia de substituição imediata em caso de falha;
- Disponibilidade de mão de obra técnica reserva e **equipe de apoio** qualificada;
- Avaliação meteorológica prévia e instalação de **estruturas de contenção e segurança**;
- Reserva técnica e orçamentária para absorção de demandas emergenciais;
- Atuação **integrada entre as áreas técnica, jurídica e financeira**, com decisões compartilhadas e tempestivas;
- Designação de responsáveis diretos por cada fase do processo, com **atribuições formalmente definidas**.

### 26.3. Monitoramento e Atualização Contínua

O acompanhamento do Mapa de Riscos será realizado por **equipe técnica designada**, a quem caberá:

- Avaliar periodicamente os riscos mapeados;
- **Atualizar o documento** em caso de surgimento de novos riscos ou mudanças no escopo da contratação;
- **Comunicar formalmente** aos gestores do contrato e demais envolvidos sobre riscos identificados e medidas corretivas/adaptativas adotadas;
- Garantir a **transparência** e a **agilidade na tomada de decisões**, em alinhamento com os objetivos da Administração.

O não tratamento adequado dos riscos poderá comprometer a execução contratual, ocasionar **prejuízos à Administração** e ensejar a aplicação das **sanções contratuais e legais cabíveis**, inclusive a rescisão contratual, quando for o caso.

### 26.4 Inspeção, Controle e Fiscalização

A fiscalização e o controle da execução contratual serão exercidos por **fiscais formalmente designados**, observando os seguintes critérios:

#### 26.4.1. Inspeção Técnica

- A verificação será realizada no ato da entrega dos serviços e equipamentos, bem como durante sua utilização;
- Será verificada a **aderência às especificações técnicas** constantes neste Termo de Referência;
- Constatada qualquer **irregularidade, falha técnica ou ausência de requisitos mínimos**, a contratada será notificada para a **imediata correção ou substituição**, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

#### 26.5 Transporte e Armazenamento

A contratada será responsável pelo **transporte, montagem, instalação, desmontagem e retirada** de todos os equipamentos, estruturas e materiais, observando:

- Condições adequadas de higiene, segurança e conservação dos materiais;
- Utilização de veículos apropriados para o transporte de cargas frágeis e volumosas;
- Atendimento às normas sanitárias e de segurança do trabalho;
- Armazenamento provisório (quando necessário) de forma a garantir **integridade e proteção contra intempéries**.

#### 26.6 Fluxo de execução dos serviços

A execução do objeto observará, em regra, o seguinte fluxo operacional:

**I - Solicitação/Ordem de Serviço:** a CONTRATANTE encaminhará ordem de serviço, solicitação formal ou documento equivalente, contendo as informações essenciais do evento, tais como data, horário, local, itens demandados, quantitativos, prazo para instalação e demais especificações necessárias à execução;

**II - Mobilização, transporte, montagem e instalação:** recebida a solicitação, a CONTRATADA deverá promover a mobilização de equipe, equipamentos, materiais e insumos necessários, realizando a montagem e instalação das estruturas e serviços contratados dentro do prazo fixado pela Administração;

**III - Operação e acompanhamento do evento:** durante a realização do evento, a CONTRATADA deverá assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos, estruturas e serviços, mantendo equipe técnica suficiente para operação, suporte, correção de falhas e atendimento das demandas operacionais da CONTRATANTE;

**IV - Desmontagem e retirada:** encerrado o evento, a CONTRATADA deverá proceder à desmontagem, retirada dos equipamentos, limpeza da área utilizada, quando cabível, e recomposição do espaço, observando as condições estabelecidas pela Administração;

**V - Relatório e aceite da execução:** concluída a execução, a fiscalização da CONTRATANTE verificará a conformidade dos serviços prestados, para fins de atesto, recebimento, medição e posterior pagamento, mediante apresentação da documentação exigida no instrumento contratual.

#### 26.7 Substituição e Devolução

A contratada será obrigada a realizar a **substituição imediata**, no prazo máximo de **24 horas**, dos itens que apresentarem:

- Defeito técnico, mau funcionamento ou avaria;
- Incompatibilidade com as especificações técnicas previstas;
- Danos provocados no transporte ou na montagem;
- Falta de conformidade com os prazos ou padrões estabelecidos.

Caso não haja substituição dentro do prazo estipulado, a Administração poderá aplicar as **sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021**, além de acionar a **garantia contratual**, se for o caso.

Este Termo de Referência foi elaborado em estrita observância à Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública. Sua elaboração considerou os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público, essenciais para garantir a transparência, legalidade e efetividade da contratação.

A contratação ora proposta tem como finalidade a locação de infraestrutura e a organização de eventos institucionais, culturais e sociais, contendo o fornecimento de equipamentos e mão de obra técnica especializada, conforme demanda expressa da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI). O planejamento técnico detalhado, a especificação rigorosa dos produtos, assim como o prazo mínimo de validade exigido para cada item, asseguram a qualidade, eficiência e segurança necessárias



para a execução dos serviços públicos contratados.

A presente contratação está respaldada por planejamento orçamentário aprovado, garantindo a disponibilidade de recursos financeiros, em conformidade com a legislação vigente e normas internas da SEMCASPI, o que confere segurança jurídica e financeira ao procedimento.

A Administração assegura o direito à transparência e ao acesso público às informações relativas ao contrato, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011, garantindo ampla publicidade aos atos administrativos.

A Contratada compromete-se a observar práticas que previnam conflitos de interesse, zelando pela ética e integridade na execução contratual.

Todas as comunicações, notificações ou intimações relativas ao contrato deverão ser realizadas por escrito, via correio eletrônico oficial ou meio físico, assegurando comprovação documental.

A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre informações confidenciais e estratégicas da Administração obtidas durante a execução do contrato, respondendo por qualquer divulgação indevida.

## **27. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este Termo de Referência foi elaborado em estrita observância à Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública. Sua elaboração considerou os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público, essenciais para garantir a transparência, legalidade e efetividade da contratação.

A contratação ora proposta tem como finalidade a locação de infraestrutura e a organização de eventos institucionais, culturais e sociais, contendo o fornecimento de equipamentos e mão de obra técnica especializada, conforme demanda expressa da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI). O planejamento técnico detalhado, a especificação rigorosa dos produtos, assim como o prazo mínimo de validade exigido para cada item, asseguram a qualidade, eficiência e segurança necessárias para a execução dos serviços públicos contratados.

A presente contratação está respaldada por planejamento orçamentário aprovado, garantindo a disponibilidade de recursos financeiros, em conformidade com a legislação vigente e normas internas da SEMCASPI, o que confere segurança jurídica e financeira ao procedimento.

A Administração assegura o direito à transparência e ao acesso público às informações relativas ao contrato, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011, garantindo ampla publicidade aos atos administrativos.

A Contratada compromete-se a observar práticas que previnam conflitos de interesse, zelando pela ética e integridade na execução contratual.

Todas as comunicações, notificações ou intimações relativas ao contrato deverão ser realizadas por escrito, via correio eletrônico oficial ou meio físico, assegurando comprovação documental.

A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre informações confidenciais e estratégicas da Administração obtidas durante a execução do contrato, respondendo por qualquer divulgação indevida.

### **27.1 Fundamentação Legal**

Esta contratação está fundamentada na Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos, bem como em demais legislações complementares pertinentes ao objeto contratado. O procedimento será realizado na modalidade de pregão eletrônico, conforme previsto no art. 17, inciso I, da referida lei, em razão da natureza comum do serviço e da possibilidade de definição objetiva do objeto e dos critérios de julgamento.

### **27.2 Forma, Prazo e Condições de Pagamento**

O pagamento será efetuado mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal eletrônica correspondente, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato após o recebimento definitivo dos serviços prestados. A contratada deverá emitir a nota fiscal com os dados corretos da contratante e observar rigorosamente a descrição dos serviços.

O pagamento será realizado em conformidade com os prazos legais, respeitando o prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota fiscal, conforme disposto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021. Além disso, o pagamento estará condicionado à comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada.

### **27.3 Dos Acréscimos e Supressões**

Durante a execução do contrato, a Administração poderá, por meio de aditivo devidamente justificado, realizar acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto nos arts. 65 e 125 da Lei nº 14.133/2021.

Tais alterações deverão respeitar a compatibilidade com o interesse público e a real necessidade do serviço, garantindo a adequada execução do objeto contratual.

#### **27.4 Da Vigência do Contrato**

O contrato terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma da legislação aplicável, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as cláusulas contratuais pertinentes.

#### **27.5 Da Prorrogação e Reajuste**

Os preços inicialmente contratados serão **fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano**, contado da **data do orçamento estimado** da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Após o interregno de 01 (um) ano, e desde que haja requerimento da contratada, os preços poderão ser reajustados, mediante aplicação do IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado, mediante apostilamento ou termo próprio, o índice que vier a substituí-lo ou, na sua ausência, outro índice oficial que reflita a variação dos custos do setor, desde que juridicamente admitido.

#### **27.6 Da Subcontratação**

A subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste contrato não será permitida, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração, conforme previsão contratual específica.

Caso autorizada, a subcontratada deverá cumprir as mesmas exigências de habilitação, qualidade e responsabilidades previstas para a contratada principal, respondendo solidariamente pela execução do contrato.

#### **27.7 Prerrogativas da Administração**

São prerrogativas da Administração Pública, asseguradas pela legislação vigente, especialmente pela Lei nº 14.133/2021:

- a) Modificar unilateralmente o contrato para adequação às finalidades de interesse público;
- b) Fiscalizar rigorosamente a execução contratual;
- c) Aplicar sanções em caso de descumprimento contratual;
- d) Rescindir unilateralmente o contrato quando cabível;
- e) Reter pagamentos como medida acauteladora diante de irregularidades.

#### **27.8 Da Publicação**

Os atos relativos à contratação serão publicados conforme a legislação aplicável, garantindo a publicidade e transparência dos procedimentos administrativos. Em cumprimento ao art. 94 da Lei nº 14.133/2021, a íntegra do contrato e seus aditivos será publicada em meio oficial, assegurando ampla transparência e publicidade.

#### **27.9 Da medição dos serviços**

A medição dos serviços será realizada conforme a unidade de fornecimento prevista para cada item constante da planilha do objeto, observando-se, conforme o caso, a apuração por diária, unidade, metro, metro linear ou outra unidade de medida expressamente indicada no Termo de Referência e na proposta vencedora.

Somente serão objeto de medição e pagamento os itens efetivamente executados, entregues, montados, disponibilizados ou prestados, de acordo com a ordem de serviço, solicitação formal ou instrumento equivalente emitido pela CONTRATANTE.

A medição deverá estar vinculada:

- à solicitação previamente expedida pela Administração;
- ao efetivo cumprimento da execução;
- ao relatório de execução do evento, quando cabível;
- ao atesto do fiscal ou gestor do contrato, que certificará a conformidade dos serviços prestados.

Nos casos de serviços por diária, o pagamento observará a quantidade de diárias efetivamente utilizadas e atestadas. Nos casos de itens medidos por unidade, metro ou metro linear, o pagamento observará as quantidades efetivamente fornecidas, instaladas ou disponibilizadas, desde que devidamente conferidas pela fiscalização contratual.

#### **27.10 Foro e Casos Omissos**

Fica eleito o foro da Comarca de Teresina - Piauí para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, e de acordo com a orientação da Procuradoria Jurídica do Município.

## 27.11 Elaboração e Aprovação

Este Termo de Referência foi elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMCASPI, com base na análise técnica e na demanda formalizada, considerando o Estudo Técnico Preliminar e demais documentos pertinentes. A aprovação foi realizada pela autoridade competente da SEMCASPI, assegurando a conformidade técnica, jurídica e orçamentária para a continuidade do processo licitatório.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane e Silva Nogueira Lima, Secretária Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas**, em 14/04/2026, às 13:49, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Tristão de Paiva Neto, Gerente Administrativo**, em 22/04/2026, às 08:09, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

[https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **15048865** e o código CRC **759FF298**.

Referência: Processo nº 00049.008401/2024-71

SEI nº 15048865

Rua Álvaro Mendes, 861 - Bairro Centro - - CEP 64000-060 - Teresina - PI  
- <http://semcaspi.teresina.pi.gov.br/>



#### Estudo Técnico Preliminar

O presente documento constitui a primeira etapa da fase de planejamento da contratação e apresenta os estudos que fundamentam a solução necessária para atender à demanda descrita a seguir.

#### **NOTA TÉCNICA - Decreto Municipal nº 24.006/2023, Art. 3º, VII:**

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui a primeira etapa do planejamento da contratação e apresenta a análise técnica necessária para fundamentar a solução mais adequada à demanda da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI, conforme estabelecido pelo Decreto Municipal nº 24.006/2023, Art. 3º, VII.

O ETP tem por finalidade identificar e analisar os cenários possíveis para o atendimento da demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda - DFD 11 (doc. nº 10513057) e Memorando 9 (Doc. nº 10511099), considerando as especificações técnicas, quantitativos, valores unitários e totais apresentados, além de demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções propostas para locação de equipamentos, serviços de operação técnica, montagem e apoio, fornecendo subsídios consistentes para a tomada de decisão e o prosseguimento do processo de contratação.

<b>Objetivo:</b>	Objetiva-se a contratação, via processo licitatório, de empresa especializada na prestação de serviços de locação de equipamentos técnicos (iluminação, sonorização, palcos, tendas e climatizadores) e de mão de obra qualificada, com vistas à execução eficiente e segura dos eventos institucionais da SEMCASPI, conforme demanda anual estimada.
<b>Rito Processual:</b>	Contratação por meio de procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial ou Eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, para a contratação de serviços de locação de equipamentos de iluminação, sonorização, palcos, tendas, climatizadores e mão de obra técnica especializada, visando garantir a execução de eventos com qualidade e eficiência, com prazo estimado conforme demanda anual.
<b>Unidade Requisitante:</b>	<b>Gerência Administrativa - GA</b>
<b>Unidade de Planejamento:</b>	Setor de Compras da Gerência Administrativa - SC
<b>E-mail:</b>	gc.semcaspi@gmail.com

#### **1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas - SEMCASPI desempenha papel central na promoção de ações institucionais, sociais e comunitárias voltadas à população. Com a realização constante de eventos de cunho público, tornou-se imprescindível garantir a estrutura técnica necessária para sua execução com qualidade, segurança e eficiência.

Para garantir a realização eficiente, segura e de qualidade desses eventos, foi identificada a necessidade premente da contratação de serviços de locação de equipamentos técnicos especializados, bem como de mão de obra qualificada, indispensáveis para a montagem, operação e desmontagem de estruturas como iluminação, sonorização, palcos, tendas e climatização.

A indisponibilidade ou insuficiência desses recursos compromete diretamente a logística, a segurança dos participantes e a qualidade da experiência proporcionada, o que pode impactar negativamente a imagem institucional da SEMCASPI e o atendimento à população beneficiária.

O levantamento técnico e a análise da demanda realizada pela Gerência Administrativa apontaram a necessidade anual de locação dos seguintes equipamentos e serviços, conforme detalhado no Documento de Formalização da Demanda - DFD nº 11 (doc. nº 10513057):

- Iluminação de pequeno, médio e grande porte, incluindo refletores par LED, movings heads, máquinas de fumaça e operadores técnicos;
- Sonorização completa, com caixas acústicas, mesas digitais, microfones e operadores técnicos especializados;
- Palcos de variados portes, compostos por estruturas em alumínio treliçado, lonas resistentes e coberturas anti-chamas;
- Tendas em lona branca, com estruturas metálicas reforçadas, em diferentes dimensões e configurações;
- Climatizadores evaporativos de diferentes capacidades para controle ambiental dos espaços de eventos;
- Serviços de cerimonialista, fotógrafo, cinegrafista, gravação de áudio e vídeo, além de transmissão simultânea para ambientes abertos e fechados.

A inexistência de contrato vigente que contemple a totalidade desses serviços reforça a urgência e necessidade da contratação, que se justifica pela relevância estratégica e pela continuidade das atividades finalísticas da Secretaria.

A presente contratação está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e continuidade administrativa, buscando garantir o pleno desenvolvimento das atividades e a satisfação dos públicos atendidos.

Assim, objetiva-se assegurar a disponibilização adequada e contínua dos equipamentos e serviços necessários para a realização dos eventos institucionais, fortalecendo a imagem da Secretaria e promovendo a excelência no atendimento à população.

2 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As especificações técnicas mínimas dos equipamentos e serviços a serem contratados deverão atender aos requisitos abaixo, com o objetivo de garantir a eficiência, segurança e qualidade na realização dos eventos institucionais da SEMCASPI, conforme levantamento e demanda detalhada pela Gerência Administrativa, conforme Documento de Formalização da Demanda - DFD nº 11 (doc. nº 10513057):

Item	Quantidade	Capacidade / Dimensões	Características Adicionais
Iluminação de Pequeno Porte	10 diárias	12 refletores par LED 3W, 4 movings heads Beam 200 5R, 1 máquina de fumaça 1500W	Mesa de iluminação compatível e operador técnico profissional
Iluminação de Médio Porte	10 diárias	12 refletores alumínio 1000W, 24 refletores par LED 3W, 8 movings heads, 2 máquinas de fumaça	Mesa de iluminação compatível e operador técnico profissional
Iluminação de Grande Porte	5 diárias	24 refletores alumínio, 48 refletores par LED, 12 movings heads, 2 canhões seguidores	2 máquinas de fumaça 3000W, mesa de iluminação e operador técnico profissional
Sonorização (Pequeno, Médio e Grande Porte)	10 a 18 diárias	Equipamentos completos conforme porte, incluindo caixas acústicas, mesas digitais, microfones, retornos	Amplificação compatível e acessórios completos para o sistema
Palcos (Pequeno, Médio e Grande Porte)	10 a 18 diárias	Estruturas em treliça de alumínio, coberturas em lona anti-chama, dimensões variadas	Escada de acesso, fechamento lateral e posterior
Tendas de diferentes dimensões e configurações	8 a 150 diárias	Estrutura metálica ou treliçada, lona reforçada, com ou sem piso	Calhas para escoamento de água, carpete, malha tensionada, conforme especificação
Climatizadores Evaporativos	25 a 100 unidades	Vazão entre 10.000 m³/h a 25.000 m³/h	Equipamentos para controle ambiental de grandes espaços

Serviços de cerimonial, foto, vídeo, transmissão	Conforme demanda	Profissionais qualificados com equipamentos adequados	Entrega de arquivos em mídia digital (CD/DVD), conforme padrão mínimo de qualidade
--	------------------	---	--

- Todos os equipamentos e serviços deverão estar de acordo com as normas da ABNT e demais legislações vigentes aplicáveis, garantindo operação segura, eficiente e em conformidade com os objetivos institucionais da SEMCASPI.
- A entrega, montagem, instalação e desmontagem dos equipamentos, bem como a prestação dos serviços, deverão ocorrer dentro dos prazos estipulados em contrato, garantindo o pleno funcionamento e a adequada operacionalização para cada evento.
- Os fornecedores deverão disponibilizar suporte técnico especializado durante todo o período contratual, incluindo a substituição imediata de equipamentos ou profissionais em caso de falhas, defeitos ou indisponibilidade, de modo a evitar interrupções nos eventos.
- A mão de obra técnica para operação dos equipamentos deverá ser composta por profissionais devidamente qualificados, garantindo a execução segura e eficiente dos serviços contratados.
- Os serviços de cerimonialista, fotografia, cinegrafia, gravação e transmissão deverão atender às demandas específicas de cada evento, com entrega dos produtos finais (imagens, vídeos, áudios) em mídias digitais, conforme as quantidades e padrões mínimos definidos no DFD anteriormente citado.

Cabe destacar que a tabela acima apresenta os itens agrupados por categoria funcional (ex.: iluminação de pequeno, médio e grande porte), contendo as especificações mínimas necessárias para garantir a qualidade dos serviços contratados. Já a tabela de Estimativa das Quantidades a Contratar, apresentada a seguir, detalha individualmente todos os equipamentos, serviços e insumos que compõem essas soluções, incluindo acessórios, componentes complementares, mobiliário e estruturas auxiliares.

Essa abordagem visa proporcionar clareza e objetividade às exigências técnicas, ao mesmo tempo em que oferece um levantamento completo dos elementos necessários para a execução plena dos eventos institucionais, conforme previsto no DFD nº 11 (Doc. nº10513057)

### 3 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A CONTRATAR

De acordo com o Documento de Formalização da Demanda - DFD nº 11 (doc. nº 10513057) e o levantamento técnico da Gerência Administrativa da SEMCASPI, a estimativa das quantidades necessárias para atendimento dos eventos institucionais está definida conforme segue:

Item	Descrição Sucinta do Objeto	Unidade	Quantidade Estimada
1	Iluminação Pequeno Porte (12 refletores par led 3w, 4 movings heads, máquina de fumaça etc.)	Diária	10
2	Iluminação Médio Porte (refletores alumínio, movings heads, fumaça, etc.)	Diária	10
3	Iluminação Grande Porte (refletores, movings, canhões seguidores, etc.)	Diária	5
4	Grades de isolamento ferro galvanizado (1,30m altura)	Metro linear	350
5	Par Led RGBW 3W	Unidade	60
6	Movings Heads Beam 200 5R	Unidade	18
7	Canhão Seguidor 15R	Unidade	12
8	Painel de Led indoor/outdoor pixel 10mm (5x2m)	Unidade	6
9	Painel de Led indoor/outdoor pixel 6mm (5x2m)	Unidade	6
10	Sonorização Pequeno Porte	Unidade	18
11	Sonorização Médio Porte	Unidade	18
12	Sonorização Grande Porte	Unidade	10
13	Palco Pequeno Porte (6x6x5m)	Diária	18
14	Palco Médio Porte (10x8x6m)	Diária	18
15	Palco Grande Porte (12x8x7m)	Diária	10

16	Palco (tablado 8x8x0,5m)	Diária	12
17	Stand especial 4x3x2,20m com ar-condicionado	Diária	18
18	Stand especial 3x3x2,20m sem ar-condicionado	Diária	18
19	Tenda piramidal 4x4m	Diária	150
20	Tenda piramidal 6x6m	Diária	150
21	Tenda piramidal 10x10m (estrutura metálica)	Diária	60
22	Tenda piramidal 10x10m (estrutura treliçada com piso e carpete)	Diária	8
23	Tenda piramidal 10x10m (treliçada, piso, carpete, malha tensionada)	Diária	8
24	Praticável alumínio 2x1m	Diária	100
25	Treliça Alumínio D25	Metro linear	250
26	Treliça Alumínio Q30	Metro linear	250
27	Treliça Alumínio P50	Metro linear	125
28	Cerimonialista	Diária	10
29	Fotógrafo (mínimo 200 fotos)	Diária	10
30	Cinegrafista (mínimo 2h editadas)	Diária	10
31	Gravação de áudio de palestras/reuniões	Diária	10
32	Transmissão de imagem simultânea	Diária	10
33	Climatizador Evaporativo 10.000 m³/h	Unidade	25
34	Climatizador Evaporativo 25.000 m³/h	Unidade	100
35	Mesa plástica 4 lugares com toalha	Unidade	1050
36	Cadeira plástica sem braço com capa/tecido	Unidade	5000
37	Locação de passadeira	Unidade	10

Essa estimativa foi elaborada com base no histórico de eventos realizados pela SEMCASPI, na análise da infraestrutura atual disponível e na demanda registrada, visando garantir a cobertura adequada e a qualidade dos serviços para as atividades institucionais.

As quantidades poderão ser ajustadas conforme a necessidade específica de cada evento, respeitando os limites orçamentários e contratuais.

#### 4 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

A Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), responsável pela promoção de eventos culturais, sociais e de lazer à população de Teresina, enfrenta atualmente uma limitação significativa em sua infraestrutura própria para a realização desses eventos. Tal deficiência compromete a qualidade e a abrangência das ações desenvolvidas, fundamentais para a promoção da cidadania e o acesso a políticas públicas integradas.

Com base em levantamento técnico realizado pela Gerência Administrativa (GA) e conforme demonstrado no Documento de Formalização de Demanda - DFD 11 (Doc. nº 10513057), constatou-se a necessidade de locação de equipamentos e estruturas específicas para eventos, incluindo iluminação (pequeno, médio e grande porte), sonorização, palcos, tendas, grades de isolamento, painéis de LED, além de serviços técnicos especializados (operadores, cerimonialistas, fotógrafos e cinegrafistas).

Diante da ausência desses equipamentos em estoque próprio e da impossibilidade de aquisição imediata em razão de limitações orçamentárias, optou-se pela locação, modalidade que oferece maior agilidade, flexibilidade e adequação às necessidades pontuais da SEMCASPI. A locação possibilita ainda a inclusão de serviços técnicos especializados e manutenção, assegurando a qualidade operacional durante os eventos.

Foram levantados preços médios compatíveis com o mercado, conforme demonstrado no Mapa Comparativo de Preços (doc. nº 11052747), apresentando coeficientes de variação geralmente inferiores a 15%, o que assegura a economicidade e a razoabilidade dos valores estimados. A locação dos equipamentos e serviços listados permitirá a realização eficiente e segura dos eventos previstos, garantindo atendimento à população e cumprimento das metas institucionais da SEMCASPI.

Foi realizado levantamento de preços junto a diversos fornecedores (Anexo da Cotação de Preços - doc. nº

11052894). Para o item Iluminação de Pequeno Porte, foram coletadas propostas que resultaram em preço médio de R\$ 895,24 por unidade; para Iluminação de Médio Porte, o valor médio foi de R\$ 1.271,69; e para Iluminação de Grande Porte, R\$ 1.766,25. No caso das Grades de Isolamento, o preço médio encontrado foi de R\$ 29,65 por unidade. Para o Par Led RGBW 3W, a média foi de R\$ 37,50, enquanto para o Pannel de Led 10mm o valor médio foi de R\$ 1.385,33, com maior variação observada, classificando o item como heterogêneo. Para os demais itens de sonorização, palco e tendas, os preços médios variaram de R\$ 291,76 a R\$ 6.487,04 por unidade, apresentando coeficientes de variação geralmente inferiores a 15%, demonstrando boa homogeneidade nas propostas. O valor estimado total para os itens listados atinge R\$ 239.229,63, com variações dentro dos limites aceitáveis, evidenciando compatibilidade com o mercado.

Foram analisadas detalhadamente todas as modalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 para atendimento desta demanda, com fundamentos específicos que justificam o descarte ou a escolha da modalidade adequada. A dispensa ou inexigibilidade de licitação foram afastadas, pois o mercado apresenta ampla oferta de fornecedores, com preços variados e condições técnicas similares, não configurando situação de exclusividade ou emergência que justifique a dispensa. A inexistência de emergência ou fornecedor exclusivo impede a aplicação dessas modalidades. O credenciamento foi descartado por se tratar de fornecimento unitário de bens móveis e serviços específicos para eventos, não enquadrando-se em prestação continuada por múltiplos fornecedores, foco dessa modalidade. A adesão a atas de registro de preços, conhecida como “carona”, foi considerada, mas inviável, uma vez que não existem atas vigentes que atendam às especificações técnicas, volume e condições comerciais adequadas à demanda da SEMCASPI. Ademais, essa alternativa depende da anuência do órgão gerenciador e do fornecedor, comprometendo a celeridade do processo. A aquisição direta, seja por compra ou locação definitiva, mostrou-se inviável devido às limitações orçamentárias e ao caráter variável e sazonal da demanda, que exige flexibilidade, dificultando a aquisição definitiva ou contratação contínua sem comprometer financeiramente a SEMCASPI. O processo licitatório presencial ou outras modalidades presenciais com prazos prolongados também foram descartados, considerando a urgência na realização dos eventos e a necessidade de agilidade, sendo o pregão eletrônico a modalidade que melhor atende às necessidades, pois garante ampla competitividade, transparência e rapidez. Dessa forma, o pregão eletrônico foi escolhido como a modalidade mais adequada para atender à demanda específica da SEMCASPI, equilibrando as exigências de agilidade, economicidade e transparência, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Caso a contratação por meio do pregão eletrônico não fosse possível, a SEMCASPI teria como alternativas a adesão tardia a atas de registro de preços, o que implicaria atrasos significativos, comprometendo a realização dos eventos e prejudicando o atendimento à população; o remanejamento interno de recursos e equipamentos, inviável devido à inexistência de estoque suficiente e à necessidade de manter atividades prioritárias em outras áreas; a aquisição emergencial por dispensa em situação de emergência, modalidade que não se aplica ao caso, uma vez que não há risco iminente à vida ou à segurança pública, conforme estabelecido na legislação; e a contratação por processo licitatório presencial tradicional, que demanda prazos superiores a 30 dias, incompatíveis com o calendário dos eventos da SEMCASPI. Essas alternativas, além de burocráticas, não atenderiam aos critérios de economicidade, agilidade e qualidade necessários, impactando negativamente os serviços prestados à população.

A contratação será formalizada por meio de processo administrativo devidamente instruído, contendo as justificativas técnicas, cotações de preços, parecer jurídico e demonstração da compatibilidade orçamentária, garantindo a legalidade do procedimento e o atendimento ao interesse público. Todas as alternativas para atendimento da demanda – incluindo remanejamento interno, doação, aquisição definitiva, adesão a atas, inexigibilidade, credenciamento e dispensa – foram analisadas e devidamente registradas em documento anexo, tendo sido descartadas por não atenderem às condições de urgência, viabilidade técnica, econômica ou legal, conforme fundamentado na análise técnica e econômica.

5 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em levantamento de preços obtidos junto a fornecedores do mercado, conforme registrado no Anexo da Cotação de Preços (doc. nº 11052894) e sistematizado no Mapa Comparativo de Preços (doc. nº 11052747). Foram considerados equipamentos e serviços com especificações técnicas compatíveis com as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI).

A tabela abaixo apresenta os principais itens a serem contratados, com respectivas quantidades estimadas e valores unitários médios apurados:

Item	Quantidade Estimada	Valor Unitário Médio (R\$)
Iluminação de Pequeno Porte	Conforme demanda	895,24
Iluminação de Médio Porte	Conforme demanda	1.271,69
Iluminação de Grande Porte	Conforme demanda	1.766,25
Grade de Isolamento	Conforme demanda	29,65
Par Led RGBW 3W	Conforme demanda	37,50
Painel de LED 10mm	Conforme demanda	1.385,33
Itens de sonorização, palcos e tendas	Conforme demanda	De 291,76 a 6.487,04
Serviços técnicos especializados (operadores,	Conforme demanda	Inclusos nos pacotes de locação



**Total Geral Estimado: R\$ 239.229,63**

Os valores apresentados refletem médias de mercado, com coeficientes de variação geralmente inferiores a 15%, exceto para o item *Painel de LED 10mm*, que apresentou maior dispersão, sendo classificado como item heterogêneo.

A metodologia adotada para a construção da estimativa assegura a razoabilidade, economicidade e compatibilidade com os preços praticados pelo setor, atendendo ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

A utilização de valores médios, obtidos por meio de múltiplas cotações, garante maior precisão na estimativa e reduz riscos de sobrepreço ou inexequibilidade, fundamentando adequadamente a etapa preparatória do processo licitatório.

**6 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A presente contratação tem por objetivo a locação de equipamentos e serviços especializados para a realização de eventos culturais, sociais e de lazer promovidos pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI), visando garantir a qualidade, eficiência e segurança das ações oferecidas à população de Teresina.

A solução proposta foi fundamentada em levantamento técnico-operacional realizado pela Gerência Administrativa (GA), que identificou a necessidade de locação de equipamentos de iluminação (pequeno, médio e grande porte), sonorização, palcos, tendas, grades de isolamento, painéis de LED e serviços técnicos especializados, diante da ausência de estoque próprio e da impossibilidade de aquisição definitiva, em função de limitações orçamentárias e da sazonalidade da demanda.

Foram analisadas alternativas como remanejamento interno, doação, aquisição direta e adesão a atas de registro de preços, porém todas foram descartadas por não atenderem aos critérios de agilidade, economicidade, flexibilidade operacional e urgência para atendimento das necessidades institucionais da SEMCASPI.

A locação dos equipamentos e serviços especializados apresenta-se como a solução mais adequada, pois permite rápida disponibilização conforme a demanda específica dos eventos, assegurando manutenção técnica, inclusão de operadores, cerimonialistas, fotógrafos e cinegrafistas, além de proporcionar maior flexibilidade financeira à Secretaria, sem comprometer recursos orçamentários de forma permanente.

O processo licitatório adotado será o pregão eletrônico, modalidade que proporciona ampla competitividade, transparência e celeridade, atendendo às exigências da Lei nº 14.133/2021. A contratação será formalizada mediante processo administrativo completo, contendo justificativas técnicas, cotações de preços, parecer jurídico e demonstração da compatibilidade orçamentária, garantindo a legalidade, economicidade e o atendimento ao interesse público.

Os equipamentos a serem locados deverão atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas, garantindo desempenho compatível com a dimensão e características dos eventos promovidos pela SEMCASPI. Os serviços técnicos especializados incluirão profissionais capacitados para operar os equipamentos e conduzir as atividades correlatas durante os eventos, assegurando qualidade e segurança operacional.

O processo será conduzido observando os princípios da Administração Pública, em especial a transparência, eficiência e legalidade, com documentação completa e registro detalhado de todas as etapas, decisões e anexos técnicos. A Procuradoria Geral do Município (PGM) emitirá parecer jurídico atestando a regularidade da contratação, assegurando a conformidade legal e a segurança jurídica do procedimento.

**7 - JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

A contratação não será parcelada, considerando que a locação dos equipamentos e serviços especializados para a realização dos eventos da Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI) deve ser realizada de forma integrada, a fim de garantir a eficiência, qualidade e segurança das ações desenvolvidas.

A locação em lote único assegura a padronização na disponibilização dos equipamentos e serviços, facilitando a gestão técnica e operacional, além de evitar a fragmentação da responsabilidade contratual, elemento fundamental para o sucesso dos eventos e para o adequado atendimento à população.

Ademais, a contratação será realizada por meio de pregão eletrônico, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, garantindo agilidade, transparência e economicidade. A formalização em um único contrato também otimiza os processos administrativos e reduz a burocracia, contribuindo para a rápida execução dos serviços conforme a sazonalidade e urgência da demanda.

O parcelamento da contratação não traria benefícios relevantes e poderia aumentar a complexidade na coordenação dos equipamentos e dos serviços técnicos, além de dilatar os prazos para a disponibilização completa da infraestrutura necessária para os eventos.

Ressalta-se que o parcelamento poderia comprometer a uniformidade técnica, a homogeneidade dos serviços prestados e a gestão centralizada da operação e manutenção dos equipamentos, prejudicando a qualidade final dos eventos promovidos pela SEMCASPI.

Dessa forma, a locação integral dos equipamentos e serviços em um único contrato constitui a alternativa mais eficaz, eficiente e vantajosa para a Administração Pública, assegurando agilidade, economicidade e qualidade na realização das atividades culturais, sociais e de lazer da SEMCASPI.

## 8 - MANIFESTAÇÃO CONCLUSIVA

Diante do exposto, e considerando a análise técnica, jurídica e econômica realizada, manifesta-se a viabilidade, legitimidade e vantajosidade da contratação por meio de pregão eletrônico para a locação dos equipamentos e serviços especializados necessários à realização dos eventos culturais, sociais e de lazer promovidos pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI).

A solução adotada atende à necessidade concreta e urgente da SEMCASPI, garantindo qualidade, eficiência e segurança na execução das ações destinadas à população de Teresina. A opção pela locação, em detrimento da aquisição definitiva ou outras formas de contratação, revela-se mais adequada diante das limitações orçamentárias e da demanda variável e sazonal, que exige flexibilidade e agilidade na disponibilização dos equipamentos.

No levantamento de mercado realizado, foram obtidas propostas de diversos fornecedores, conforme demonstrado no Anexo da Cotação de Preços (doc. nº 11052894), com preços médios compatíveis e coeficientes de variação inferiores a 15%, assegurando economicidade. A locação inclui também a prestação de serviços técnicos especializados, como operadores, cerimonialistas, fotógrafos e cinegrafistas, garantindo o atendimento pleno às especificações técnicas e operacionais necessárias.

Ressalta-se que foram devidamente analisadas e motivadamente descartadas outras modalidades e alternativas de contratação, tais como remanejamento interno, doação, aquisição direta, adesão a atas de registro de preços, dispensa e inexigibilidade, em razão de inadequações técnicas, econômicas e legais, corroborando a escolha do pregão eletrônico como modalidade mais adequada para atender à demanda da SEMCASPI, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Por fim, a presente contratação respeita os princípios constitucionais da legalidade, economicidade, eficiência, moralidade e transparência, estando em consonância com o interesse público e com as normas que regem a Administração Pública.

Assim, recomenda-se o prosseguimento do processo administrativo para a formalização da contratação por meio de pregão eletrônico, assegurando solução imediata, eficaz e legalmente respaldada para a demanda apresentada pela SEMCASPI.

## 9 - SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE

A Contratada deverá adotar práticas sustentáveis e responsáveis em todas as etapas de execução dos serviços, buscando minimizar os impactos ambientais decorrentes da realização dos eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas (SEMCASPI).

São diretrizes essenciais para a execução do contrato:

- **Gestão de resíduos:** Implementação de políticas para redução, reutilização e reciclagem de materiais, com disposição adequada dos resíduos sólidos gerados durante os eventos, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- **Uso consciente de recursos:** Priorização do uso racional de energia elétrica, água e demais insumos, evitando desperdícios e promovendo eficiência no consumo;
- **Materiais e equipamentos sustentáveis:** Sempre que possível, privilegiar fornecedores e produtos que adotem critérios de sustentabilidade, tais como equipamentos com menor consumo energético, além de materiais recicláveis ou biodegradáveis;
- **Acessibilidade ambiental:** Garantir que a organização dos eventos respeite o meio ambiente local, evitando degradações em áreas públicas e espaços utilizados, com atenção especial à preservação da flora e fauna, quando aplicável;
- **Sensibilização e conscientização:** Promover junto aos colaboradores e ao público ações educativas sobre a importância da sustentabilidade, incentivando práticas de respeito ao meio ambiente.

O não cumprimento dessas práticas poderá ser considerado infração contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas no presente Termo de Referência e na legislação aplicável.

O não cumprimento dessas práticas poderá ser considerado infração contratual, sujeitando a Contratada às sanções previstas no presente Termo de Referência e na legislação aplicável.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane e Silva Nogueira Lima, Secretária Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas**, em 08/09/2025, às 18:10, com fundamento no Decreto nº 24.514/2023 - PMT.



[https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.teresina.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#) informando o código verificador **13034828** e o código CRC **8B05AF4C**.

---

**Referência:** Processo nº 00049.008401/2024-71

SEI nº 13034828

---

Rua Álvaro Mendes, 861 - Bairro Centro - - CEP 64000-060 - Teresina - PI  
- <http://semcaspi.teresina.pi.gov.br/>